



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 148ª reunião, realizada em 10 de dezembro de 2020**

1 Em 10 de dezembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Unidade  
2 Regional Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do  
3 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de  
4 videoconferência, realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
5 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes  
6 membros titulares e suplentes: Presidente Suplente Rafael Rezende  
7 Teixeira, da Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram ASF  
8 e Presidente Suplente da URC ASF. REPRESENTANTES DO PODER  
9 PÚBLICO: Wellington Dias Silveira, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
10 Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Igor Messias da Silva, da Secretaria  
11 de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Elaine Aparecida  
12 Corrêa de Lacerda Gontijo, da Secretaria de Estado de Educação (SEE);  
13 José Tadeu La Guardia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e  
14 Mobilidade (SEINFRA); Eduardo José Azevedo Corrêa, da Empresa de  
15 Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG); Vitor Cândido Leles de  
16 Paulo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE); 1º  
17 TEN. PM Flávio Borges Silva, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);  
18 Roger Alexandre Nogueira Gontijo, do Conselho Regional de Engenharia e  
19 Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG); Lucas Marques Trindade, do  
20 Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Ana Luiza Silva Rodrigues, da  
21 Prefeitura Municipal de Pains. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE  
22 CIVIL: Túlio Pereira de Sá, da Federação das Indústrias do Estado de  
23 Minas Gerais (FIEMG); Edécio José Cançado Ferreira, da Federação da  
24 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Cinara  
25 Lucinei Mendes, da Federação das Associações Comerciais e  
26 Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Ronaldo José  
27 Borges, da Associação dos Mineradores de Pains, Arcos e região  
28 (AMPAR); Lucélio Nativo Assunção, da Associação Pró Pousos Alegres  
29 (APPA); Regina Maria Bento, do Grupo Ação Renovadora (Grupo AR);  
30 Luiz Paulo Deniz Alves, da Associação Nordeste Reflorestamento e  
31 Educação; Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira, da Sociedade  
32 Mineira de Cultura (SMC/PUC Minas); Mauro César Cardoso Cruz, da  
33 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Júlio César de Oliveira,  
34 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG). **1. EXECUÇÃO DO HINO**  
35 **NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Boa  
36 tarde senhores Conselheiros, boa tarde pessoal da (trecho  
37 incompreensível), suporte. Boa tarde aqueles que nos acompanham pelo

38 Youtube. Já temos quórum estabelecido para nossa reunião, eu convido a  
39 todos para ouvirmos juntos o Hino Nacional Brasileiro.” **2. ABERTURA.**  
40 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Muito bem Conselheiros, eu trago ao  
41 conhecimento de vocês o memorando SEMAD/GABINETE, Secretaria  
42 Executiva COPAM, nº 181/2020, direcionada aos Conselheiros da Unidade  
43 Regional Colegiada do Alto São Francisco. ‘Senhores Conselheiros, diante  
44 da impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro suplente,  
45 representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos  
46 Hídricos, SISEMA, junto a Unidade Regional Colegiada do Alto São  
47 Francisco, URC ASF, conforme composição estabelecida pela Deliberação  
48 COPAM nº 1.555, de 6 de abril de 2020, indico o Senhor Rafael Rezende  
49 Teixeira, para presidir a 148ª Reunião Ordinária da Unidade Colegiada do  
50 Alto São Francisco. Que será realizada no dia 10 de dezembro de 2020, às  
51 13 horas, inteiramente digital, seguindo as deliberações do Comitê  
52 Extraordinário Covid-19, além das demais normas relacionadas as ações  
53 de combate a pandemia, gerada pelo novo Coronavírus. Atenciosamente,  
54 Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida. Secretária Executiva do COPAM.  
55 Presidente da URC Alto São Francisco. Belo Horizonte, 26 de novembro  
56 de 2020.’ Conforme a indicação que me foi dada, declaro aberta a 148ª  
57 Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco  
58 do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM. Hoje é 10 de  
59 dezembro de 2020, agora são 13h19mim.” **3. COMUNICADO DOS**  
60 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Rafael Rezende  
61 Teixeira: “Nosso próximo item de pauta. Comunicado dos Conselheiros e  
62 Assuntos Gerais. Peço aos Conselheiros, já sabendo como é o  
63 funcionamento, aquele Conselheiro que tiver algum assunto para  
64 exposição ou algum comunicado, levante a mão virtual. Não havendo  
65 nenhum Conselheiro a ter alguma comunicação ou um assunto geral a ser  
66 abordado, passamos para o nosso próximo item de pauta.” **4. EXAME DA**  
67 **ATA DA 147ª RO DE 22/10/2020.** Presidente Rafael Rezende Teixeira: “O  
68 Exame da Ata da 147ª Reunião Ordinária, ocorrida em 22/10/2020. Algum  
69 Conselheiro tem algum destaque com relação a ata da reunião passada,  
70 por favor levante a mão virtual. Não havendo nenhum destaque, feito por  
71 qualquer Conselheiro, vamos a votação da ata. SEAPA com vota? Agora  
72 Conselheiros, nós vamos fazer a votação, é necessário que o Conselheiro  
73 que representa a entidade que for citada, ligue o microfone para poder  
74 manifestar o voto ou pode fazer o voto pelo nosso *chat*, se tiver tendo  
75 alguma dificuldade de manifestação. Conselheiro Wellington Dias, da  
76 SEAPA, como vota? Vota pela aprovação da ata do dia 22/10/2020,  
77 SEAPA como vota? Conselheiro da SEDE, Igor Messias, como vota?”  
78 Conselheiro Igor Messias da Silva: “Boa tarde, pela aprovação da ata.”  
79 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira Elaine Aparecida, da  
80 SEE.” Conselheira Elaine Aparecida Corrêa de Lacerda Gontijo:

81 “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro José  
82 Tadeu, SEINFRA. Conselheiro da SEINFRA, como vota? Conselheiro da  
83 EPAMIG, como vota?” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa:  
84 “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro da  
85 SEDESE, como vota?” Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Boa  
86 tarde Presidente, favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
87 “Conselheiro da Polícia Militar de Minas Gerais, como vota?” Conselheiro  
88 1º TEN. PM Flávio Borges Silva: “Boa tarde, eu estava ausente, quem  
89 estava presente era o meu suplente. Então eu estava ausente, ok.”  
90 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro, querendo seguir  
91 representando a entidade, o senhor tem a opção de votar pela aprovação  
92 ou não da ata, tendo conversado com o seu suplente.” Conselheiro 1º  
93 TEN. PM Flávio Borges Silva: “Ok, então eu voto favorável. Favorável.”  
94 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, Conselheiro do CREA Minas  
95 Gerais, como vota?” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Boa  
96 tarde Presidente, boa tarde a todos. Favorável à aprovação da ata.”  
97 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro do Ministério Público,  
98 Lucas Trindade, como vota?” Conselheiro José Tadeu La Guardia: “Pela  
99 ordem. Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado  
100 Conselheiro. Conselheiro do Ministério Público.” Conselheiro Lucas  
101 Marques Trindade: “Boa tarde Presidente, boa tarde a todos. Favorável.”  
102 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira da Prefeitura de Pains,  
103 como vota?” Conselheira Ana Luiza Silva Rodrigues: “Boa tarde a todos.  
104 Voto favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro da  
105 FIEMG.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Favorável.” Presidente Rafael  
106 Rezende Teixeira: “Conselheiro da FAEMG.” Conselheiro Edécio José  
107 Cançado Ferreira: “Boa tarde a todos. Meu voto é favorável à aprovação.”  
108 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado Conselheiro. Conselheira  
109 FEDERAMINAS, Cinara.” Conselheira Cinara Lucinei Mendes: “Favorável  
110 à aprovação.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro da  
111 AMPAR.” Conselheiro Ronaldo José Borges: “Voto favorável pela  
112 aprovação.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Nós temos uma  
113 ausência. Conselheiro da APPA, como vota? Conselheira do Grupo AR.  
114 Conselheira do Grupo AR, Regina Maria Bento, como vota? Conselheiro  
115 da Associação Nordeste, Luiz Paulo, como vota? Conselheiro Luiz Paulo,  
116 Associação Nordeste, como vota?” Conselheiro Luiz Paulo Deniz Alves:  
117 “Presidente está me ouvindo? Boa tarde. Boa tarde a todos. Nós vamos  
118 abster, porque não estávamos na última reunião.” Presidente Rafael  
119 Rezende Teixeira: “Abstenção. Ok. Conselheiro da APPA, Lucélio, como  
120 vota? O Conselheiro pode votar se manifestando ligando o microfone, ou  
121 pelo *chat*. Conselheiro PUC Minas, professor Geraldo Tadeu, como vota?”  
122 Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Boa tarde.  
123 Favorável a ata.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Mauro

124 César, UEMG, como vota?” Conselheiro Mauro César Cardoso Cruz: “Boa  
125 tarde Presidente, boa tarde senhores Conselheiros. A UEMG vota  
126 favorável a ata.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Júlio  
127 César, OAB, como vota?” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Boa tarde  
128 Conselheiros, boa tarde Presidente. OAB favorável a ata.” Presidente  
129 Rafael Rezende Teixeira: “Retorna ao Conselheiro da APPA. Conselheiro  
130 SEAPA, Wellington Dias, como vota? Conselheiro Wellington podemos ver  
131 que o senhor está presente na sala de reunião, é necessário o senhor se  
132 manifestar ou emita o voto pelo *chat* do aplicativo. Conselheiro Wellington  
133 Dias ausente na votação. Ok. Conselheiro Lucélio. Conselheiro Lucélio,  
134 APPA, como vota? Conselheiro Lucélio e Conselheira Regina Maria, APPA  
135 e Grupo AR, respectivamente, ausentes na votação. Ata da reunião  
136 passada, aprovada, com 16 votos, 1 abstenção e 3 ausências. Só um  
137 segundo pessoal, vamos só fazer uma retificação. Conselheiro Lucélio,  
138 emitiu o voto por telefone, favorável a ata da última reunião. Ata da reunião  
139 aprovada, 17 votos a favor, 1 abstenção e 2 ausências. Conselheiro Vitor  
140 Cândido Leles de Paulo: “Presidente. Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
141 “Pois não.” Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Eu esqueci de  
142 mencionar uma correção, na página 60, meu nome está escrito de forma  
143 errada, está Vitor Hugo Rodrigues, aí eu estou solicitando essa correção,  
144 somente nessa página 60.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Nós já  
145 tivemos a deliberação da ata Conselheiro.” Conselheiro Vitor Cândido  
146 Leles de Paulo: “Presidente, eu fiz a menção aqui, antes de ocorrer à  
147 aprovação. Eu tinha pedido a correção aqui no *chat*.” Presidente Rafael  
148 Rezende Teixeira: “Sim, ok. Conselheiro Edélcio, peço a gentileza que  
149 desligue o microfone. A correção será feita.” Conselheiro Eduardo José  
150 Azevedo Corrêa: “Rafael.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pois não.”  
151 Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “É só uma sugestão, o que  
152 aconteceu com o Leles, já aconteceu comigo algumas vezes também, eu  
153 sugeriria que fizéssemos uma lista com o nome completo de todos os  
154 Conselheiros, e passasse para a Sirlene, até para ela ter mais, vamos  
155 dizer assim, confiança na hora de escrever a ata, ela já saber mais ou  
156 menos o nome correto de cada um. Para não ter esse tipo de questão,  
157 esse tipo de equívoco, entendeu?” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
158 “Ok Conselheiro.” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Rafael, só para  
159 cientificar os Conselheiros que os nomes são encaminhados pelos  
160 dirigentes máximos de cada entidade, então a gente pode até fazer a  
161 retificação, mas a gente publica de acordo com o que recebemos os  
162 ofícios. Então é só por isso que a gente publicou errado. Na realidade a  
163 gente publica da forma que a gente recebe, está bom. Obrigada.”  
164 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok então, de toda a forma, não tem  
165 o porquê a gente não verificar a melhor forma para poder fazer essa  
166 transcrição, mas verificar cada Conselheiro também qual entidade pela

167 qual representa, para que seja encaminhada a transcrição correta com o  
168 nome de cada um.” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Exatamente,  
169 perfeito. Pode solicitar aos Conselheiros que encaminhem, a Sirlene  
170 encaminha para a gente aqui na Secretaria Executiva, que a gente vai  
171 providenciar corretamente.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok,  
172 Vânia. Obrigado.” Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Presidente,  
173 só fazendo uma consideração. Nesse caso aí colocaram um nome que não  
174 é meu, todo o sobrenome, então foi um erro completo, só colocaram o  
175 primeiro nome correto, o resto está todo errado.” Presidente Rafael  
176 Rezende Teixeira: “Ok Conselheiro, será verificado.” Conselheiro Eduardo  
177 José Azevedo Corrêa: “É Rafael, nós não estamos procurando crucificar  
178 ninguém, condenar culpados aqui não, nós só queremos resolver a  
179 questão desses nomes. Então se ela tiver o nome correto de cada  
180 Conselheiro na mão dela, ela pode até mandar um ofício questionando  
181 para a entidade, se houver alguma discrepância. Porque eu fui indicado  
182 por exemplo, não foi nem me consultado se eu queria ou não. A entidade  
183 me mandou direto. Não estou colocando aqui que eu não queria, mas  
184 estou falando que foi direto, então não foi perguntado meu nome completo.  
185 Sei lá, entendeu? Isso foi uma comunicação direta da entidade então pode  
186 ter acontecido com várias pessoas aqui. Então se a Sirlene tiver o nome  
187 completo de cada um lá, em uma lista de Word, então resolve o problema.  
188 A intenção é resolver o problema, não é procurar culpados não.” Vânia  
189 Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Exatamente senhor Conselheiro, e a  
190 Secretaria Executiva se coloca à disposição para tais retificações. Não só  
191 nessa Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco, como a gente  
192 também vai fazer a consultar aos Conselheiros das demais unidades  
193 colegiadas. Obrigada.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, retificada  
194 a ata. É um problema de transcrição, ela foi votada, não se trata de uma  
195 retificação de mérito, de fala, nem nada do tipo, uma retificação de  
196 transcrição. Acho que a gente pode manter a deliberação. Vou avançar no  
197 nosso item de pauta.” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo:  
198 “Presidente, só para contribuir na questão, acredito que foi uma questão  
199 de digitação mesmo, pois o final do nome, Hugo Rodrigues, é do José  
200 Hugo Rodrigues que é o representante do CREA, juntamente comigo, que  
201 participou da última reunião. Então isso que ocorreu, às vezes na hora de  
202 digitar, pegou o final do sobrenome de outro Conselheiro, que é o José  
203 Hugo Rodrigues. Então colocaram o Vitor Hugo Rodrigues. Então pode ser  
204 isso, uma questão mesmo de digitação, de fácil resolução, acredito eu.”  
205 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado pela contribuição  
206 Conselheiro.” **6. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**  
207 **RECURSO AO ARQUIVAMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL.**  
208 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Avançando no nosso item de pauta,  
209 nós vamos ter uma inversão em nossa pauta. O próximo item seria uma

210 pauta positiva, bastante interessante, sobre o SLA, o novo Sistema de  
211 Licenciamento Ambiental, contudo nós vamos fazer uma inversão dessa  
212 pauta, até por sugestão dos Conselheiros da reunião passada. Essa pauta  
213 de número 5, vai agora para posterior ao item 7 da nossa pauta. Então a  
214 pauta de número 5, Sistema de Licenciamento Ambiental, SLA, com  
215 apresentação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
216 Desenvolvimento Sustentável e foi retirado da pauta da reunião do dia  
217 20/08/2020, item 5 passa agora a estar posterior ao item 7 da nossa pauta.  
218 Entre o item 7 e o item 8, de encerramento. Vamos agora para as matérias  
219 deliberativas do conselho. Temos algumas inscrições aqui, vou fazer para  
220 os senhores a leitura das matérias a serem deliberadas, posteriormente eu  
221 verifico se tem algum destaque dos Conselheiros. Item 6, Processo  
222 Administrativo de Exame de Recurso e Arquivamento, Processo de  
223 Intervenção Ambiental, de competência do Instituto Estadual de Florestas.  
224 Subitem **6.1**, Pitangui Agro Florestal Ltda./Fazenda Picada - Abaeté/MG -  
225 PA/Nº 02010000592/17 - Supressão de vegetação nativa com destoca -  
226 Área Requerida: 85,0400 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha -  
227 Fitofisionomia: Cerrado - Estágio de Regeneração: Não foi possível  
228 identificar. Apresentação: IEF URFBio Centro Norte. Subitem **6.2**, Pitangui  
229 Agro Florestal Ltda./Fazenda Alegria - Abaeté/MG - PA/Nº  
230 02010000593/17 - Supressão de vegetação nativa com destoca - Área  
231 Requerida: 125,5400 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha -  
232 Fitofisionomia: Cerrado - Estágio de Regeneração: Não foi possível  
233 identificar. Apresentação: IEF URFBio Centro Norte. Com relação ao nosso  
234 item 6.1, temos algum destaque de algum Conselheiro? Não tendo  
235 nenhum destaque dos Conselheiros, abro agora a palavra para os inscritos  
236 do item. Ricarbene Euler Francisco e Simone de Paiva Silva. Estão  
237 presentes conosco na sala? Não se identificou: “Estou vendo eles aqui,  
238 Presidente, estão conectando aí.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
239 “Sim. Peço a manifestação, se estiver presente, Ricarbene Euler  
240 Francisco.” Ricarbene Euler Francisco, Representante do Empreendedor:  
241 “Boa tarde, estão me ouvindo?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Sim,  
242 perfeitamente.” Ricarbene Euler Francisco, Representante do  
243 Empreendedor: “Tranquilo.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Só um  
244 minuto, vamos abrir o cronometro. Essa manifestação é separada. Por  
245 favor, pode voltar o cronometro por gentileza. Essa manifestação é  
246 separada, não é, dos inscritos? Ricarbene vai se manifestar  
247 separadamente da Simone de Paiva, não é isso?” Ricarbene Euler  
248 Francisco, Representante do Empreendedor: “Correto.” Presidente Rafael  
249 Rezende Teixeira: “Ok.” Simone de Paiva Silva, Representante do  
250 Empreendedor: “Podemos trocar Presidente? Eu manifestar e o Ricarbene  
251 manifestar posterior?” Ricarbene Euler Francisco, Representante do  
252 Empreendedor: “Sim, pode. Eu também concordo.” Presidente Rafael

253 Rezende Teixeira: “Sim.” Simone de Paiva Silva, Representante do  
254 Empreendedor: “Pode ser?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pode  
255 ser. Pode iniciar então Simone, por favor.” Conselheiro Júlio César de  
256 Oliveira: “Presidente, por favor.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Só  
257 um minuto. Só um minuto, Conselheiro Júlio de Oliveira.” Conselheiro Júlio  
258 César de Oliveira: “Presidente os dois itens da pauta, são referentes as  
259 mesmas partes, os fatos, fundamentos, objeto recorrente. Por que não  
260 fazemos o julgamento em conjunto dos dois, e faz uma manifestação  
261 isolada até em função da identidade processual?” Não se identificou:  
262 “Presidente, como não tivemos muitas apresentações anterior e estamos  
263 com o tempo mais tranquilo, eu não me importo de escutar cada um  
264 individualmente não. Para mim não é empecilho nenhum.” Presidente  
265 Rafael Rezende Teixeira: “É porque na reunião passada Conselheiro, nós  
266 tivemos dois inscritos, e apesar de serem dois inscritos, necessariamente  
267 estavam juntos e iriam se manifestar conjuntamente, é só por isso que eu  
268 perguntei. Até porque o Ricarbene tinha aparecido aqui na minha tela, mas  
269 a Simone não. É Ricarbene mesmo?” Ricarbene Euler Francisco,  
270 Representante do Empreendedor: “Correto. Ricarbene.” Presidente Rafael  
271 Rezende Teixeira: “Ok, só um segundo. Uma questão com relação quanto  
272 ao Regimento e a gente não ter certeza total, Conselheiro Júlio, de haver  
273 uma distinção tão completa ou de haver uma sinergia tão grande entre os  
274 itens, eu acho melhor discutirmos separadamente. Inscritos que já  
275 quiserem adiantar também as questões do próximo item, para que no item  
276 6.2, não haja necessidade de nova manifestação, fica a critério deles  
277 também. O item 6.1 então, manifestação de Simone Paiva. Por favor  
278 Simone.” Simone de Paiva Silva, Representante do Empreendedor: “Boa  
279 tarde a todos. Na pessoa do Presidente eu saúdo os demais Conselheiros.  
280 Bom, eu vou falar o histórico, realmente os dois processos tem o histórico  
281 bastante parecido, embora em alguns momentos eles também tem  
282 diferenças que vão ser consideradas. Primeiramente os dois processos  
283 foram formalizados em julho de 2017, nós estamos falando de mais de 3  
284 anos de processo, de DAIA. Ainda sobre a vigência da DN 74, e como é de  
285 conhecimento de todos, considerando que são 5 empresas diferentes, com  
286 5 CNPJs distintos, quando do pedido de licenciamento ainda era uma AF  
287 para cada um dos empreendimentos. E em razão disso para que se  
288 formalizasse a AF, necessário seria a emissão do DAIA separadamente de  
289 outorga no caso, se houvesse. Bom, diante disso, também é importante  
290 ressaltar que os dois processos, eles convergem, se tratavam de limpeza  
291 de área de plantio (trecho incompreensível), anterior a 2008. Sendo então  
292 de uso consolidado de acordo com Lei 12.651 e a 2.922. Então a empresa  
293 entendia, e quando formalizou em julho de 2017, sabendo que a DN 217  
294 só entraria em vigor em abril de 2018, seria um prazo suficiente para que  
295 ela recebesse o DAIA, e aí sim formalizasse o processo de licenciamento

296 junto ao Estado, já contemplando, inclusive, o restante da silvicultura, que  
297 existia em cada uma das áreas. Porque, na verdade, a empresa está  
298 alterando a atividade dela de silvicultura para criação de bovino. Durante  
299 esses 03 anos de processo, esse processo andou quase que o Estado de  
300 Minas Gerais inteiro, entre a região Centro Norte e a região Centro Oeste.  
301 Uma vez que o processo foi formalizado em Pará de Minas, foi para Arcos,  
302 Divinópolis, Sete Lagoas. E o empreendedor durante todo esse tempo,  
303 buscou solucionar. Não foi dada a ele, em momento nenhum, a  
304 oportunidade de apresentar informações complementares, para que ele  
305 pudesse solucionar as divergências apontadas no processo, que seriam  
306 sanáveis, todas elas, de acordo, inclusive, com o próprio parecer do IEF. O  
307 que a gente vê nesses dois processos é que o estado, na morosidade  
308 dele, trouxe um prejuízo enorme para o empreendedor, apesar de todas as  
309 diligências realizadas por ele durante esse processo. E durante esses 03  
310 anos, o empreendedor, com respeito a palavra, mas ficou parecendo um  
311 jogo de ping-pong, uma bolinha de ping-pong entre os IEFs. Então o que  
312 nós temos aqui, na verdade, já que está terminando meu tempo é,  
313 primeiro: Reforma de plantio, em área que anteriormente era de  
314 silvicultura. E ainda hoje se fossemos olhar de acordo com a DN 217, seria  
315 uma LAS / RAS. E LAS / RAS para que se tenha o pedido de licença,  
316 ainda assim precisa da emissão do DAIA. Então dessa forma, a  
317 competência não é da SUPRAM, como consta nos pareceres, e sim do  
318 IEF. Porque somente se pode ter competência das SUPRAMs a partir de  
319 empreendimentos que não sejam tipificados em Licença Simplificada,  
320 como é o caso desses dois empreendimentos. Muito obrigada.” Presidente  
321 Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado Simone. Por favor, agora vamos  
322 colocar o cronometro para a manifestação do Ricarbene.” Ricarbene Euler  
323 Francisco, Representante do Empreendedor: “Boa tarde a todos, na  
324 pessoa do senhor Presidente. Estão todos me ouvindo?” Presidente Rafael  
325 Rezende Teixeira: “Perfeitamente.” Ricarbene Euler Francisco,  
326 Representante do Empreendedor: “Diante de tudo que a Doutora Simone  
327 colocou para a gente aí, o que eu tenho a reforçar com vocês que  
328 realmente é uma área que já era de plantio de eucalipto, a área já era de  
329 silvicultura, é uma área consolidada. E se vocês atentarem para o  
330 inventário florestal que foi realizado, no empreendimento Fazenda Alegria,  
331 a gente fez uma separação, porque nesses talhões existe eucalipto, e no  
332 sub-bosque, já regenerou, de nativo. Principalmente na Alegria a  
333 volumetria de estéreos para a nativa, dá 17,49, e também estaria  
334 dispensada até de uma autorização. Mas o empreendedor na época quis  
335 entrar com a documentação, também para resguardar a supressão do  
336 eucalipto que estava na área. A Fazenda Bicada ela até tem uma  
337 volumetria um pouco maior, e é 34,30 de nativo. Mas todas as duas áreas  
338 são reforma, é um uso alternativo do solo, que eles estão mudando a

339 atividade da propriedade. Então é o entendimento nosso aqui é que é uma  
340 reforma mesmo. E várias áreas, isso pode ser identificado por vistoria, está  
341 passando por pousio. Porque essa atividade do eucalipto, não entrando no  
342 mérito do eucalipto, mas eles estão preparando a terra, e boa parte da  
343 propriedade, que até então, 07, 08 anos atrás era toda produtiva, tirando a  
344 porcentagem regularizada ambientalmente, área de APP, área de Reserva  
345 Legal, toda propriedade sempre foi útil, foi área útil, em área consolidada.  
346 Então é isso que a gente tem para colocar para vocês, que essas áreas  
347 são consolidadas. O próprio IEF tem arquivos de pedidos de DCF. E na  
348 própria vistoria também dos técnicos foi identificado, no inventário também  
349 tem o eucalipto na área e uma regeneração de sub-bosques nessas áreas.  
350 Seria isso.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado Ricarbene.  
351 Questiono se algum Conselheiro tem alguma manifestação a fazer com  
352 base na manifestação dos inscritos, porque eu já vou pedir o pessoal  
353 representante do IEF para poder fazer os esclarecimentos com relação a  
354 matéria. Por favor, se algum Conselheiro tiver uma manifestação levante a  
355 mão virtual.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Onde acha essa  
356 mão aqui?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Lá nos participantes, na  
357 barra de participantes vai estar escrito *high hand*, lá em baixo,  
358 Conselheiro.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Achar meu  
359 nome aqui, tem 31 pessoas, está bombando essas reuniões.” Presidente  
360 Rafael Rezende Teixeira: “Não, é canto inferior direito da sua tela aí.”  
361 Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Engraçado que não está  
362 aparecendo, aparece outras aqui, mas eu não estou ela aqui não.” Não se  
363 identificou: “Reações.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “É, em  
364 reações eu vejo aqui, palminha, mas não vejo o *high hand*. Está aqui no  
365 Participantes.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, Conselheiro,  
366 Eduardo EPAMIG, pode manifestar.” Conselheiro Eduardo José Azevedo  
367 Corrêa: “Você vai contar o tempo ou não?” Presidente Rafael Rezende  
368 Teixeira: “Vai contar, pode ficar tranquilo.” Conselheiro Eduardo José  
369 Azevedo Corrêa: “Bom, concidentemente eu sou aqui de Pitanguí, conheço  
370 aqui a região. E conheço a região aqui e realmente aqui tem a produção  
371 de eucalipto, vários produtores. Não tantos quanto poderia existir, não é  
372 Rafael? Mas eu queria fazer uma proposição de forma geral. Porque se a  
373 gente for na tendência desde quando eu entrei aqui nesse Conselho, se a  
374 gente for nessa tendência que estamos indo, o nosso placar para 2020 vai  
375 ser esse: 5 empreendimentos fechados e 1 licença que foi permitido ser  
376 renovada. Aí, eu tive a oportunidade de ir para a Bahia, em Nova Viçosa, e  
377 fui observando Minas Gerais, ali em Matias Cardoso, ali naquela região  
378 perto de Nanuque ali, não tem nada, aquele sertãozão, o povo naquela  
379 dificuldade. A hora que entra da Bahia para lá, é empreendimento,  
380 silvicultura, é gente trabalhando, é gente produzindo, é gente acontecendo,  
381 as cidades melhoram. O que vai acontecer se a gente também arraigar

382 nesse conceito de embargar todos os empreendimentos que vieram para  
383 cá, sabe o que vai acontecer? Eles vão para outros municípios, outros  
384 estados, e nós vamos gerenciar pobreza. E quando a gente usa muito a  
385 palavra desenvolvimento sustentável, as pessoas gostam de usar essa  
386 palavra, o próprio sistema. Mas tem uma palavra anterior, a primeira  
387 palavra é crucial, que é: Desenvolvimento. Se embargarmos tudo, não há  
388 desenvolvimento, então não tem sustentabilidade nenhuma. Só é possível  
389 ter sustentabilidade se tiver desenvolvimento. Para mim fica estranho ficar  
390 falar essas coisas, você me desculpe, mas é porque eu sou biólogo  
391 formado pela UFMG, fui aluno do Ângelo Machado, que era o pai, o  
392 fundador da Fundação Biodiversitas. Então nós aqui, agentes públicos,  
393 Estado, não podemos achar que vamos tolher todo mundo de suas  
394 práticas de desenvolvimento que geram riquezas para o nosso estado. É  
395 claro que a gente tem que tomar os cuidados para que essas práticas  
396 sejam realmente, efetivamente não nocivas ao meio ambiente. E muito me  
397 assustou no processo da Nova América, na última reunião, porque o  
398 motivo para o embargo do processo dele, o arquivamento do processo  
399 dele, não foram as 5 espécies ameaçadas de extinção que ocorriam na  
400 região, e sim um processo recursal, um recurso do processo, do objeto do  
401 processo... Não. O nosso propósito é: o desenvolvimento e a  
402 sustentabilidade no meio ambiente. Nós temos que reavaliar nossos  
403 critérios. Agora aqui, se os consultores da empresa puderem nos  
404 esclarecer, porque há uma sugestão do técnico do IEF, que os  
405 empreendimentos, na verdade, são um empreendimento só. Ele sugere  
406 isso em um parecer dele. Que na verdade os empreendimentos, são 5  
407 fazendas que constituem 01 fazenda só. E aí não cairia mais para o IEF,  
408 se submeteria a um licenciamento maior. Foi essa a sugestão do técnico,  
409 não conheço a fazenda, não sei se é verídico, verdadeiro, ou não sei se foi  
410 uma confusão só do técnico que fez essa avaliação. Então é só essa  
411 dúvida que eu tenho.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado  
412 Conselheiro Eduardo. Conselheiro Eduardo, queria só fazer uma  
413 consideração aqui. Primeira com relação a tentarmos manter o máximo o  
414 mérito da questão, ao parecer, para a gente conseguir passar por todas as  
415 pautas com razoável celeridade e não prejudicar nenhuma outra matéria  
416 que por ventura venha ficar para depois, e o pessoal já tenha cansado.  
417 Uma outra questão que eu gostaria de trazer, é que os indeferimentos, as  
418 recusas, os processos que vem a ser liberados aqui, eles não são de fato  
419 esse placar que o senhor mostrou, não é de fato o que é licenciado ou  
420 não, o que passa pelo licenciamento e tem o seu deferimento em termos  
421 de licenciamento do estado. Hoje a gente vai ter uma apresentação, que  
422 eu disse, inclusive, muito interessante sobre o sistema SLA, o inovador  
423 Sistema de Licenciamento Ambiental informatizado, em que o palestrante,  
424 o Daniel, pode dar até uma perspectiva de quantos processos são

425 deferidos, alguma média de processos que são deferidos no estado, agora  
426 que a gente pode tirar facilmente esses dados, estatísticas, do sistema  
427 informatizado. Então o que é deferido no Estado de Minas Gerais, não é  
428 necessariamente o que a gente julga aqui na Unidade Regional Colegiada.  
429 E sim é que houve o indeferimento e o recurso para ser deliberado aqui na  
430 Câmara.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Rafael, é só um  
431 pedido até de desculpa, porque realmente eu estou falando como uma  
432 pessoa, vamos dizer, ignorante aqui. Eu não participo, eu não sou de  
433 dentro do sistema, não conheço o sistema a fundo, não trabalho, então  
434 assim, eu estou falando como uma pessoa da sociedade, tá? Alguém que  
435 está vendo a coisa aqui. Um ignorante mesmo.” Presidente Rafael  
436 Rezende Teixeira: “Eu entendo Conselheiro, e na apresentação do Daniel  
437 você vai ter a oportunidade de verificar realmente qual é o, não tenho  
438 certeza se ele vai trazer esses dados, mas ele tem com certeza essa  
439 informação, dessa estatística, de uma forma mais coerente, dentro do que  
440 realmente elas são. Conselheiro eu peço só que o senhor abaixe a mão,  
441 que foi levantada para a sua manifestação. Nós estamos com uma mão  
442 levantada aqui, Conselheiro do Ministério Público, Lucas Trindade. Por  
443 gentileza Lucas.” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Obrigado  
444 Presidente. (Áudio ruim) só em cima do que o colega Conselheiro Eduardo  
445 disse, o senhor colocou, Presidente. Me parece que nós temos que nos  
446 ater no que está posto. O parecer da SEMAD é tão claro, mas tão claro,  
447 que ele não dá margens a dúvidas quanto a incorreção no cadastro  
448 ambiental rural, na existência de propriedades contíguas, ou  
449 interdependência, no caso aí, contíguas com a exploração de uma mesma  
450 atividade, ou pretensão de exploração de uma mesma atividade. E aí no  
451 critério locacional a incidir, portanto, em uma modalidade de licença  
452 ambiental incompatível com a autorização que se pretendeu. Então me  
453 parece que está tão claro, mas tão claro, que a equipe do IEF ainda, eu  
454 diria, que vai corroborar isso, que não há maiores espaço para digressões  
455 a respeito de outras questões que não se referem ao caso propriamente  
456 dito. É isso que eu gostaria de colocar. Obrigado.” Presidente Rafael  
457 Rezende Teixeira: “Obrigado Conselheiro, agora eu gostaria que se  
458 manifestassem os representantes do IEF que estiverem na sala.” Ivan  
459 Costa, IEF/URFBio Centro Norte: “Boa tarde a todos. Meu nome é Ivan  
460 Costa, eu sou Analista Ambiental do URFBio Centro Norte. E participei da  
461 análise do pedido de recurso, juntamente com a Letícia, que é a  
462 Coordenadora do Núcleo Jurídico nosso, Núcleo de Controle Processual, e  
463 ela também está na sala caso haja alguma dúvida nesse sentido.  
464 Realmente como falado pelo Ricarbene e pela Simone, o processo entrou  
465 em 31 de agosto de 2017, e logo depois houve uma mudança na  
466 legislação, em relação ao licenciamento ambiental e 4 meses depois, foi  
467 publicada a DN 217. Então esse pequeno tempo entre a entrada do

468 processo e a publicação da nova norma interferiu na análise, a gente teve  
469 que adequar o processo a DN 217. O processo inicialmente iniciou a  
470 análise na URFBio Centro Oeste, Núcleo Pará de Minas, em que eles  
471 manifestaram já, como até foi citado no nosso parecer, eles manifestaram  
472 sobre existir várias propriedades, contíguas, número de 5, e que juntos  
473 eles fazem um único bloco de imóvel rural. E essa situação real das  
474 propriedades não foi corretamente caracterizada no processo, de forma  
475 que se ela tivesse sido caracterizada a área de silvicultura seria bem maior  
476 do que efetivamente estava caracterizada em cada propriedade separada.  
477 E sendo maior, não seria passível mais de decisão, pelo Instituto Estadual  
478 de Florestas. Mas considerando, que houve então, segundo o parecer da  
479 URFBio Centro Oeste, que o requerimento foi preenchido incorretamente,  
480 com informações que não faziam jus a realidade da propriedade, e que a  
481 adequação do empreendimento, dentro do processo seria muito difícil, eles  
482 optaram pelo arquivamento, considerando todos esses aspectos. Pela  
483 incompetência do IEF decidir, e considerando também que a declaração  
484 no início do processo não foi de acordo com a realidade da propriedade. E  
485 aí ele veio, em março de 2020, para a decisão do Supervisor Regional,  
486 como houve uma mudança no decreto do IEF, já a decisão para o  
487 município de Abaeté, era de competência do Centro Norte, aí veio para o  
488 Supervisor Centro Norte que optou por manter a decisão do regional  
489 Centro Oeste de arquivamento. Logo após a empresa entrou com um  
490 recurso. E nesse recurso, como alegado no nosso parecer nosso, eles não  
491 fizeram nenhum questionamento, nenhuma contra-argumentação contra a  
492 análise feita pela equipe técnica jurídica, do regional Centro Oeste. Apenas  
493 foi solicitado o desarquivamento, reanálise, e nova vistoria para o  
494 processo. Só que juntamente com esse pedido, eles apresentaram a  
495 documentação. E a documentação que eles apresentaram comprovou  
496 aquela análise inicial que o regional Centro Oeste tinha feito. Verificamos  
497 que com os documentos apresentados pela empresa, realmente não  
498 tratava-se de um imóvel, de uma matrícula isolada, mas de 5 matrículas  
499 contíguas, pertencentes ao mesmo grupo empresarial, que formavam  
500 juntos, um único imóvel rural. A própria empresa declarou que a área de  
501 silvicultura, em relação a esses 5 imóveis, era quase 1.000 hectares, era,  
502 se não me engano, deixa eu só lembrar aqui, era 918,168 hectares de  
503 silvicultura, essa foi a alegação da empresa. Quando a gente pegou essas  
504 alegações, sem fazer vistoria, inicialmente, vamos olhar a alegação da  
505 empresa separadamente. Então a empresa alegando, que a área de  
506 silvicultura é de 918 hectares, dentro da análise técnica. A atividade de  
507 silvicultura, tendo o potencial degradador médio e o porte médio, está  
508 entre 600 e 1.000 hectares, iria para a classe 3, conforme a própria  
509 declaração do recurso dos representantes da empresa. E pegando o  
510 critério locacional, a empresa está solicitando uma supressão de

511 vegetação nativa, o critério locacional vai 1. Então sem qualquer análise  
512 adicional, com a própria declaração de recurso da empresa, a gente  
513 percebe que o processo 592/17, a solicitação tem que ser feita através do  
514 Licenciamento Ambiental Concomitante, LAC1, e não que a gente tenha se  
515 manifestado que a supressão não pode ser realizada, mas a manifestação  
516 foi que o escritório regional Centro Norte é incompetente para tomar essa  
517 decisão se a supressão de vegetação nativa solicitada pode ou não ser  
518 realizada. Então o parecer todo nosso, foi com base, exclusivamente, nas  
519 informações apresentadas pela própria empresa no recurso. A gente nem  
520 se alongou, considerando a manifestação técnica do regional Centro  
521 Oeste, que como já a gente viu que com o recurso nós já éramos  
522 incompetentes, então a gente baseou a análise no recurso apresentado.”  
523 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado Ivan. Ivan, me tira só uma  
524 dúvida, com relação ao IEF, com relação aos dois itens de pauta, a  
525 manifestação do IEF será feita por você ou tem mais alguém?” Ivan Costa,  
526 IEF/URFBio Centro Norte: “Inicialmente a Letícia está na sala também,  
527 mas eu farei a manifestação inicial sozinho. Mas se tiver alguma dúvida  
528 jurídica envolvida, com relação ao enquadramento, a DN 217, aí  
529 solicitaríamos também a manifestação da Letícia.” Presidente Rafael  
530 Rezende Teixeira: “Ok, todos os dois então relativos aos dois itens de  
531 pauta, não é?” Ivan Costa, IEF/URFBio Centro Norte: “Isso mesmo.”  
532 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Agora a palavra ao Márcio, Assessor  
533 Jurídico da reunião para manifestação.” Márcio Muniz, SUPRAM/ASF:  
534 “Olá, boa tarde, estamos assessorando a reunião hoje à tarde. Minha fala  
535 vai ser rápida, apenas mesmo para pontuar e esclarecer o que foi  
536 colocado. Em sede da reunião de hoje, o que a gente tem que se ater,  
537 como o Rafael bem colocou, é na matéria que está sendo posta para  
538 deliberação. Então é o recurso, o objeto do recurso e as ações do recurso.  
539 O que foi exposto pelo técnico no parecer, é que houve uma  
540 fragmentação. O requerente apresentou de uma forma, digamos dizer  
541 assim, picada os seus requerimentos e no âmbito da análise, com os  
542 documentos posteriores que foram apresentados no recurso, verificou-se  
543 que realmente se trata de um empreendimento bem maior e onde se  
544 enquadra no artigo 11, da Deliberação 217. E nesse caso o órgão  
545 verificando todos esses requisitos, tem a obrigação de fazer o  
546 chamamento desse empreendedor a buscar regularização no ente  
547 competente, no caso a SEMAD, no caso aqui a SUPRAM. Também  
548 gostaria de pontuar, que se for verificado as razões do recurso, na própria  
549 peça em si, não há nenhum ponto que questiona-se as razões jurídicas ou  
550 mesmo técnicas para rebater o que foi colocado no parecer de origem. Na  
551 verdade, o que é posto são apenas alguns outros documentos e pede-se  
552 os arquivamentos, uma nova análise e uma nova vistoria. Não há nenhum  
553 pedido de reversão de decisão administrativa. E como bem colocou o Ivan,

554 a documentação, todo o (trecho incompreensível) corrobora ainda mais o  
555 parecer do órgão, o parecer inicial, que houve uma tramitação, e que o IEF  
556 inicialmente parecia competente, mas na questão em si do fato, ele é  
557 incompetente e não pode emitir nenhum ato. Então vai para o órgão  
558 competente que é a SUPRAM. Então eram só essas ponderações que eu  
559 queria fazer, só para poder esclarecer algum ponto que ficou em dúvida ou  
560 não.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado Márcio. Eu questiono  
561 aos Conselheiros se após a manifestação do IEF, se tem alguma  
562 consideração a ser feita. Pode levantar a mão virtual. Não teve nenhum  
563 Conselheiro, eu vejo aqui que tem a mão virtual levantada do Ricarbene.  
564 Pode manifestar Ricarbene, seja bem breve, por gentileza.” Ricarbene  
565 Euler Francisco, Representante do Empreendedor: “Eu vou ser bem breve.  
566 Só colocar aí que são CNPJs diferentes, apesar de ser do mesmo grupo, e  
567 dessas idas e vindas desse processo, ele começou em Pará de Minas há 3  
568 anos e meio, e finalizando ele, eu estive com o Coordenador Regional do  
569 IEF do Norte, o Márcio Queiroz, eu e o representante da empresa, e ele  
570 informou para a gente que estaria, se a gente concordava em arquivar o  
571 processo. E em um segundo momento pediu o desarquivamento, era um  
572 processo que estava cheio de vícios. Se a gente for pensar, hoje a  
573 realidade de campo lá já se alterou bastante, como eu pontuei bem aqui,  
574 principalmente a Fazenda Alegria, ela nem 18 metros estéreos.”  
575 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ricarbene, perdão te interromper, eu  
576 preciso questionar os Conselheiros se vão acrescentar mais prazo para o  
577 Ricarbene poder se manifestar, como representante do distrito. Eu peço  
578 que levante a mão virtual todos os Conselheiros que concordam em fazer  
579 acréscimo de prazo. Só para a gente seguir corretamente o Regimento.  
580 Por favor, Conselheiros, levante a mão aqueles que concordam com o  
581 acréscimo de prazo. Por favor, Conselheiros. Tivemos a manifestação aqui  
582 de 10, 12 Conselheiros. Ok, Ricarbene, pode continuar.” Ricarbene Euler  
583 Francisco, Representante do Empreendedor: “E, assim, nós tivemos essa  
584 reunião com o Márcio Queiroz, Coordenador Regional do IEF de Sete  
585 Lagoas, e ele passou para a gente para fazer o arquivamento, se a gente  
586 concordaria em fazer o arquivamento, e depois a gente pediria como foi  
587 feito, o desarquivamento do processo. Então nós não preocupamos em si,  
588 fazer defesa técnica não, preocupamos em fazer uma defesa jurídica  
589 mesmo de apresentar documentação. E a fazenda, se vocês forem olhar,  
590 pegar a imagem do Google, ela está em uma constante dinâmica, ela está  
591 em mudança de atividade. Então, assim, o que já foi apresentado até  
592 mesmo na defesa do dia 20 de novembro de 2019, já foi alterado, porque  
593 eles estão acabando com a silvicultura. E todo esse rastro, esse lastro de  
594 informação o IEF tem, que eles têm pedido a DCF, a antiga DCC, agora  
595 DCF, tem acabado com o eucalipto, a área está em pousio, ainda não tem  
596 uma definição do que vai ser a atividade, até então a previsão é de

597 pastagem, mas essa atividade, a fazenda já fala que é fazendo, então  
598 você não tem uma noção ainda do que pode, é muito dinâmico isso aí. E  
599 aí, assim, por isso que não teve a resposta das informações  
600 complementares no sentido técnico, a gente preocupou muito em  
601 responder e pedir o desarquivamento do processo, mas se a gente  
602 também tiver a possibilidade de apresentar a resposta técnica também, a  
603 empresa está disposta e disponível para fazer essa resposta também.”  
604 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado Ricarbene. Questiono o  
605 Ivan, se quer fazer alguma consideração em cima do que foi colocado pelo  
606 Ricarbene.” Ivan Costa, IEF/URFBio Centro Norte: “Não, inicialmente não.  
607 Inicialmente não” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado Ivan.  
608 Ricarbene eu preciso te questionar, uma vez que a gente vê que existe  
609 bastante informação coincidente entre os dois itens de pauta. Se para o  
610 item 6.2, que já, inclusive, está sendo debatido conjuntamente com o 6.1,  
611 você teria uma manifestação além.” Ricarbene Euler Francisco,  
612 Representante do Empreendedor: “O que eu peço é uma atenção especial  
613 a Fazenda Alegria. Que ela, a volumetria dela, em 2017, dia 31 de julho  
614 que foi feito o protocolo, era de 17,49. Não era nem passível de obtenção  
615 de licença, ela poderia ser limpeza de área. Mas foi entrado, porque  
616 também tinha o eucalipto também, então, levar isso em consideração.  
617 Apesar de ser do mesmo grupo econômico, são CNPJs diferentes, uma é  
618 da Companhia Siderúrgica Pitangui, outras são da PAF, que é a parte  
619 florestal da empresa, todas têm o CAR, todas as empresas, todas têm  
620 matrícula, todas têm CNPJs diferentes, então assim, de certa forma, e são  
621 separadas também. Então a realidade de campo é diferente, a dinâmica  
622 das fazendas elas não coincidem não, apesar de serem do mesmo grupo.”  
623 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, algum Conselheiro tem alguma  
624 manifestação a fazer? Por favor levante a mão virtual. Caso contrário,  
625 vamos partir para a deliberação do item 6.1. Não tendo mais nenhuma  
626 manifestação, nenhum destaque, por gentileza, vamos inserir a nossa  
627 planilha de votação. E eu já questiono ao Conselheiro da SEAPA, como  
628 vota? Se vota a favor ou contra o parecer, ao arquivamento do processo,  
629 no nosso item 6.1. Conselheiro SEAPA, como vota? Conselheiro  
630 Wellington Dias, SEAPA, pode votar pelo *chat* ou pode manifestar.  
631 Conselheiro Igor Messias, SEDE, como vota?” Conselheiro Igor Messias  
632 da Silva: “Pelo parecer.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok,  
633 obrigado. Conselheira Elaine Aparecida.” Conselheira Elaine Aparecida  
634 Corrêa de Lacerda Gontijo: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende  
635 Teixeira: “Conselheiro José Tadeu, SEINFRA.” Conselheiro José Tadeu La  
636 Guardia: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro  
637 Eduardo, EPAMIG.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Contrário  
638 ao indeferimento do empreendimento.” Presidente Rafael Rezende  
639 Teixeira: “O senhor pode justificar Conselheiro?” Conselheiro Eduardo

640 José Azevedo Corrêa: “Vou justificar pelo seguinte, o empreendimento  
641 gera empregos, eu trabalho na escola agrícola de Pitangui, vários técnicos  
642 e alunos meus fazem estágios, foram empregados por esse  
643 empreendimento e se eu o fechá-lo, eu estou cortando o futuro desses  
644 técnicos e desses estagiários que vão trabalhar aí no mercado. Por isso.”  
645 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro, nesse caso o senhor  
646 deveria se colocar como suspeito para votar, através de uma abstenção, o  
647 voto tem que ter uma prerrogativa em cima do parecer.” Conselheiro  
648 Eduardo José Azevedo Corrêa: “Rafael, esse negócio tem que ficar bem  
649 colocado. Sabe por quê? Porque a Regina Greco, no empreendimento da  
650 SUSAN, que era o empreendimento lá de esgoto, ela inclusive assina  
651 contrato com o empreendimento. E ela votou. Você tem que realmente  
652 puxar nisso aí, viu. Eu não tenho contrato com esse empreendimento de  
653 Pitangui, não. O grupo Nilton Cardoso, não tenho contrato nenhum firmado  
654 com eles. Eu trabalho para a EPAMIG, órgão do estado, Escola Agrícola  
655 de Pitangui. Só que os meus alunos, um monte deles são empregados por  
656 esse empreendedor, que eu conheço aqui da região.” Presidente Rafael  
657 Rezende Teixeira: “Conselheiro SEDESE, Vitor Cândido, como vota?”  
658 Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Favorável, Presidente.”  
659 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Tenente Flávio, Polícia  
660 Militar.” Conselheiro 1º TEN. PM Flávio Borges Silva: “Favorável.”  
661 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Alexandre, Crea, como  
662 vota?” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Favorável.”  
663 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro do Ministério Público,  
664 Lucas, como vota?” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Abstenção,  
665 com base no artigo 11, do ato da Corregedoria Geral do Ministério Público  
666 nº 2 de 2020.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira Ana  
667 Luiza, Prefeitura de Pains, como vota?” Conselheira Ana Luiza Silva  
668 Rodrigues: “Voto Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
669 “Conselheiro Túlio de Sá, FIEMG, como vota?” Conselheiro Túlio Pereira  
670 de Sá: “Abstenção.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pode justificar,  
671 Túlio?” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Eu não estou me sentindo, tem  
672 algumas informações, a questão de arquivamento também, eu concordo  
673 com o Conselheiro aí de cima, que ainda tem muito índice de  
674 arquivamento, devido à questão de informações e tudo mais. Então a  
675 questão dos arquivamentos a gente está vendo que não está tendo como  
676 reverter, então eu vou me abster nesse caso, pois realmente eu não estou  
677 sentindo segurança nessa votação.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
678 “Conselheiro Edécio José, FAEMG, como vota?” Conselheiro Edécio José  
679 Cançado Ferreira: “Voto contrário ao parecer.” Presidente Rafael Rezende  
680 Teixeira: “Por favor, pode justificar Conselheiro.” Conselheiro Edécio José  
681 Cançado Ferreira: “Eu vou encampar as teses defendidas pelo Conselheiro  
682 da EPAMIG. Acho que lá é um gerador de empregos, e no mínimo

683 oportunar, reabrir o processo seria importante.” Presidente Rafael  
684 Rezende Teixeira: “Conselheira FEDERAMINAS, Cinara Lucinei, como  
685 vota?” Conselheira Cinara Lucinei Mendes: “Favorável.” Presidente Rafael  
686 Rezende Teixeira: “Ronaldo AMPAR, votou no *chat*, favorável. Conselheiro  
687 Lucélio Nativo, APPA, como vota?” Conselheiro Lucélio Nativo Assunção:  
688 “Pelo parecer.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira Regina  
689 Maria, Grupo AR, como vota? Conselheira Regina pode votar no *chat*.  
690 Conselheiro Luiz Paulo, Associação Nordeste, como vota?” Conselheiro  
691 Luiz Paulo Deniz Alves: “Presidente, nós vamos nos abster novamente,  
692 visto que os nobres colegas do Ministério Público, da FAEMG, mesmo  
693 motivo. Pelo arquivamento, não estou me sentindo ainda, a favor ou  
694 contrário, pelos mesmos motivos que os nobres colegas citaram.”  
695 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira Regina Maria votou  
696 favorável no *chat*, Grupo AR. Conselheiro PUC Minas, professor Geraldo  
697 Tadeu.” Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira:  
698 “Favorável ao parecer do IEF SUPRAM.” Presidente Rafael Rezende  
699 Teixeira: “Conselheiro Mauro César, UEMG, como vota?” Conselheiro  
700 Mauro César Cardoso Cruz: “Favorável ao parecer, Presidente.”  
701 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Júlio César da OAB,  
702 como vota?” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Presidente, a OAB vota  
703 favorável ao parecer.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Temos 14  
704 votos favoráveis, 2 contrários, 3 abstenções e 1 ausência. Parecer  
705 aprovado, indeferimento. Passamos então para o item 6.2 que já houve  
706 uma discussão a respeito, mas eu vou só questionar então aos  
707 Conselheiros se não tem realmente algum destaque a ser feito com  
708 relação ao item, se houver por gentileza levantar a mão virtual.” Simone de  
709 Paiva Silva, Representante do Empreendedor: “Presidente.” Presidente  
710 Rafael Rezende Teixeira: “Pois não, Simone.” Simone de Paiva Silva,  
711 Representante do Empreendedor: “Eu não sei se acabou, pois teve uma  
712 queda de energia.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Simone, nós  
713 fizemos a votação do item 6.1 e agora estamos no item 6.2, não houve  
714 destaque dos Conselheiros, mas vocês estão inscritos para os dois itens,  
715 então preciso te perguntar se já foi feita toda a explanação no item 6.1 ou  
716 se vocês ainda vão explanar aqui em cima desse item 6.2?” Simone de  
717 Paiva Silva, Representante do Empreendedor: “A explanação, no item 6.1,  
718 como caiu a energia aqui e eu não tive como voltar, a questão que a gente  
719 tinha que falar, eu não sei se o Ricarbene chegou a falar sobre isso, é que  
720 se tratam de empresas.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “O item 6.1  
721 a gente acabou de votar.” Simone de Paiva Silva, Representante do  
722 Empreendedor: “Pois é. Então eu vou falar para o item 6.2, tratam-se de  
723 empresas distintas, com CNPJs diversos, inclusive, quando se fala em  
724 área contígua, é diferente, porque uma das fazendas, inclusive, é de outra  
725 empresa. Não tem essa questão de ser empresa única, são empresas

726 diferentes, com CNPJs diferentes. Inclusive por questões até fiscais, e em  
727 razão da própria interação da empresa, o produto dessas empresas são  
728 diferentes para venda e comercialização, então não se trata de mesma  
729 empresa como foi dito.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado  
730 Simone. Questiono ao Vitor do IEF se tem alguma consideração a fazer  
731 em relação ao item.” Letícia Horta, IEF: “Presidente, eu posso me  
732 manifestar pelo IEF? Letícia, Analista Ambiental.” Presidente Rafael  
733 Rezende Teixeira: “Por favor, Letícia.” Letícia Horta, IEF: “Em relação à  
734 questão que está sendo colocada sobre o CNPJ, se os senhores  
735 observarem os dois pareceres, nós estamos tratando de filiais de uma  
736 mesma empresa. O que significa que são empresas geridas e com  
737 responsabilidade pelas mesmas pessoas, o mesmo grupo empresarial. A  
738 gente analisou aquilo que constava no âmbito do processo, então dentro  
739 do processo, o que a gente tinha apresentado era o requerimento para  
740 atividades de silvicultura, assim como o requerimento para supressão de  
741 vegetação. Com base nos dados informados no que é disposto na DN 217,  
742 nós simplesmente ratificamos aquele entendimento que já havia tido sido  
743 dado pela URFBio Centro-Oeste. Ou seja, foi um processo que passou  
744 pela análise técnica e jurídica de duas equipes do IEF, e as duas equipes  
745 do IEF mantiveram o mesmo entendimento técnico e jurídico: que a  
746 situação que se verifica de fato, caracteriza um único empreendimento, e  
747 que a análise desse pedido de supressão pelo IEF caracterizaria  
748 fragmentação no licenciamento ambiental do empreendimento, razão pela  
749 qual a gente se manifestou pelo arquivamento.” Presidente Rafael  
750 Rezende Teixeira: “Obrigado Letícia. Queria corrigir aqui, chamei àquela  
751 hora foi pelo Ivan do IEF. Mais alguém do IEF que gostaria de se  
752 manifestar, é só levantar a mão virtual.” Ivan Costa, IEF/URFBio Centro  
753 Norte: “Não, eu agradeço.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok.  
754 Conselheiros, então eu vou colocar o item em deliberação, a não ser que  
755 algum Conselheiro se manifeste, levante a mão virtual agora, para pedir  
756 algum esclarecimento. Não tendo nenhum Conselheiro a se manifestar,  
757 vamos para a votação do item 6.2. Perdão. Conselheiro Eduardo, por  
758 gentileza, pode se manifestar.” Conselheiro Eduardo José Azevedo  
759 Corrêa: “Rafael, desculpa, eu como ouvinte de fora do processo eu não  
760 analisei o processo a fundo, não conheço o local da empresa, eu não fiz  
761 vistoria na empresa, ficamos no embate aqui. Fica o empreendedor  
762 falando que são unidades diferentes, alegando que são unidades  
763 diferentes, e ficamos entre o IEF afirmando que é uma única unidade, por  
764 isso ela precisaria, e agora eu já não sei nem o que decidir mais. Isso não  
765 está claro, quem está com a verdade, e eu não sei nem se temos  
766 condições de votar. É só isso, muito obrigado.” Presidente Rafael Rezende  
767 Teixeira: “Obrigado Conselheiro. Pode retirar o cronômetro, por favor. Só  
768 um segundo, pessoal. Por favor, manifestação do Conselheiro Lucas

769 Trindade.” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Obrigado Presidente,  
770 rapidamente, essa questão da fragmentação do licenciamento é um  
771 problema que existe há muito tempo. Felizmente foi tratado de maneira  
772 expressa na DN 217, o que não significa que anteriormente não era  
773 vedado. Evidentemente que fracionar para alterar a modalidade de licença,  
774 independentemente da época, sempre se caracterizou como um ato ilícito.  
775 Agora, o pedido é um só, nós estamos falando em analisar em bloco aqui,  
776 o CAR das propriedades mostra uma ao lado da outra, um grupo  
777 econômico só, qual é a dificuldade de entender que se trata de um  
778 empreendimento único? Se isso não é um empreendimento único,  
779 sinceramente eu não sei o que seria. Então, na nossa opinião, andou bem  
780 o parecer, ao entender que se trata de um empreendimento contíguo, área  
781 contígua, tanto que a pretensão é a mesma para a área toda, de modo a  
782 atrair os efeitos da DN 217 para a área toda. É só isso, obrigado.”  
783 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado Conselheiros. Volto ao  
784 pessoal do IEF, se tem mais algum ponto a ser esclarecido.” Ivan Costa,  
785 IEF/URFBio Centro Norte: “Gostaria de falar só quanto à manifestação do  
786 Conselheiro Eduardo. Que apesar de poder haver divergência entre a  
787 posição do IEF e da empresa, eu acredito que a posição da empresa é a  
788 mesma que a nossa, porque se formos analisar o parecer, as informações  
789 utilizadas para que eu e a Letícia compuséssemos a análise do recurso,  
790 foram as fornecidas pela empresa, então se for olhar o mapa a própria  
791 empresa informa, no recurso, que as cinco propriedades são propriedades  
792 contíguas, e que elas efetivamente compõem um único imóvel. Então, ao  
793 meu ver, o IEF tem a mesma posição que a empresa nesse aspecto.”  
794 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado Ivan. Mais uma vez eu  
795 digo aos Conselheiros que se não houver mais nenhuma manifestação,  
796 nenhuma mão levantada, a matéria vai para deliberação. Por favor, levante  
797 a mão algum Conselheiro que ainda estiver querendo se manifestar, se  
798 não, a matéria vai ser deliberada. Está ok, agora sim. Por gentileza colocar  
799 a nossa tabela de votação. Conselheiro da SEAPA ausente. Conselheiro  
800 Igor Messias da SEDE, como vota?” Conselheiro Igor Messias da Silva:  
801 “Favorável ao parecer.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira  
802 Elaine Aparecida, SEE, como vota?” Conselheira Elaine Aparecida Corrêa  
803 de Lacerda Gontijo: “Favorável ao parecer.” Presidente Rafael Rezende  
804 Teixeira: “Conselheiro José Tadeu, SEINFRA, como vota?” Conselheiro  
805 José Tadeu La Guardia: “Favorável ao parecer.” Presidente Rafael  
806 Rezende Teixeira: “Conselheiro Eduardo José, EPAMIG, como vota?”  
807 Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Rafael, considerando a  
808 afirmação do Lucas do Ministério Público, então eu já mudo meu voto aqui,  
809 e realmente o empreendedor tem que fazer o licenciamento de toda a  
810 área, cumprindo com a legislação. Então sou favorável ao parecer.”  
811 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado Conselheiro.

812 Conselheiro Vitor Cândido, SEDESE, como vota? Conselheiro Vitor  
813 Cândido Leles de Paulo: “Favorável ao parecer, Presidente.” Presidente  
814 Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro da Polícia Militar de Minas Gerais,  
815 Tenente Flávio, como vota?” Conselheiro 1º TEN. PM Flávio Borges Silva:  
816 “Favorável ao parecer, Presidente.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
817 “Conselheiro do CREA/MG, Roger Alexandre, como vota? Conselheiro do  
818 CREA/MG, Roger Alexandre, como vota?” Conselheiro Roger Alexandre  
819 Nogueira Gontijo: “Favorável, Presidente.” Presidente Rafael Rezende  
820 Teixeira: “Conselheiro do Ministério Público, Lucas Marques, como vota?”  
821 Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Abstenção com base no artigo 11,  
822 do ato da Corregedoria Geral do Ministério Público nº 2 de 2020.”  
823 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado. Conselheira Ana  
824 Luiza, Prefeitura de Pains, como vota?” Conselheira Ana Luiza Silva  
825 Rodrigues: “Favorável ao parecer.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
826 “Conselheiro Túlio de Sá, FIEMG, como vota?” Conselheiro Túlio Pereira  
827 de Sá: “Vou manter minha posição de abstenção, acho que tem que ser  
828 avaliada essas questões dos estudos e parâmetros.” Presidente Rafael  
829 Rezende Teixeira: “Conselheiro Edélcio José, FAEMG, como vota?”  
830 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Presidente, meu voto é  
831 contrário ao parecer, especialmente por se tratar de uma questão de  
832 CNPJs diferentes, se tem CNPJs diferentes, são pessoas jurídicas  
833 diferentes, apesar de pertencer ao mesmo grupo econômico. Então  
834 provavelmente são sociedades que têm objetivos diferentes. Mantenho  
835 meu voto contrário.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok,  
836 Conselheiro. Peço, por favor, que desligue o microfone. Cinara Lucinei,  
837 FEDERAMINAS, como vota?” Conselheira Cinara Lucinei Mendes:  
838 “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ronaldo José da  
839 AMPAR fez o voto favorável no *chat*. Lucélio Nativo, APPA, como vota?”  
840 Conselheiro Lucélio Nativo Assunção: “Favorável ao parecer.” Presidente  
841 Rafael Rezende Teixeira: “Regina Maria, Grupo AR, como vota? Favorável  
842 ao parecer no *chat*. Luiz Paulo, Associação Nordeste, como vota?”  
843 Conselheiro Luiz Paulo Deniz Alves: “Presidente, nós vamos nos abster  
844 novamente. Mesmo posicionamento do Ministério Público.” Presidente  
845 Rafael Rezende Teixeira: “Ok. Professor Geraldo Tadeu, como vota?”  
846 Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Votamos  
847 favorável ao parecer SUPRAM.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
848 “Professor Geraldo, votando desfavorável, o senhor pode justificar, por  
849 favor.” Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Votamos  
850 favorável ao parecer SUPRAM.”

851 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado. Professor Mauro  
852 César, UEMG, como vota?” Conselheiro Mauro César Cardoso Cruz:  
853 “Favorável ao parecer, Presidente.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:

854 “Júlio César, OAB, como vota?” Conselheiro Júlio César de Oliveira:  
855 “Favorável ao parecer pelo arquivamento do processo.” Presidente Rafael  
856 Rezende Teixeira: “Pessoal, só fazendo uma correção aqui. Eu queria que  
857 a moderação me ajudasse a verificar aqui se o voto favorável pela Regina  
858 Maria Bento foi em relação ao voto anterior ou essa matéria atual.  
859 Conselheira Regina, poderia repicar o voto no *chat*, por favor. Conselheira  
860 Regina Maria Bento, Grupo AR, ausente na votação. Vamos para o  
861 resultado. 14 votos favoráveis, 1 contrário, 3 abstenções e 2 ausências.  
862 Parecer de indeferimento aprovado pelo conselho. Essas foram as nossas  
863 matérias a serem deliberadas nessa reunião. Agora nós vamos para o  
864 nosso item 7, tem a ver com o nosso calendário de reuniões para o ano  
865 que vem. Vocês tiveram a oportunidade de verificar o calendário que foi  
866 disposto no *site* da SEMAD. Vou fazer só uma retificação, a Conselheira  
867 Regina votou favorável ao parecer do IEF. Podem fazer a retificação, por  
868 favor, acabou de fazer o voto aqui agora. Ok, parecer então aprovado com  
869 15 votos favoráveis. Obrigado.” **7. PROPOSTA DE AGENDA ANUAL**  
870 **PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO**  
871 **SÃO FRANCISCO DO COPAM, PARA O ANO DE 2021.**  
872 **APRESENTAÇÃO: SUPRAM ASF.** Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
873 “Nós tivemos uma alteração na frequência do ano que vem das nossas  
874 reuniões. Vão de março a dezembro e com espaçamento trimestral entre  
875 uma e outra, uma mudança feita em observância aos levantamentos de  
876 pauta, que nós tivemos nesse ano e no ano passado. Os senhores tiveram  
877 acesso no *site* da SEMAD, nesse calendário, e ele deverá ser deliberado  
878 também aqui na nossa reunião. Então eu pergunto aos Conselheiros que  
879 levistem a mão virtual se tiver algum destaque com relação ao calendário.  
880 Deixe-me só fazer uma retificação aqui com os senhores, porque onde  
881 estava escrito 10/03/2021, nós alteramos essa data para o dia 09/03,  
882 porque essa data estava coincidindo, a data coincidia com reunião do  
883 plenário, então nós precisamos fazer essa modificação. Então na verdade  
884 o calendário ficou da seguinte forma: 09/03, no mês de março, em uma  
885 terça-feira. 09/06 no mês de junho, em uma quarta-feira. 08/09 no mês de  
886 setembro, em uma quarta-feira. 09/12 no mês de dezembro, em uma  
887 quinta-feira. Todas as reuniões com o horário das 13h30mim. Algum  
888 Conselheiro tem algum destaque com relação ao calendário? Já que não  
889 temos nenhum destaque, vamos à deliberação. Professor Geraldo Tadeu,  
890 por gentileza.” Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira:  
891 “Gostaria de compreender, porque houve alteração no dia da semana das  
892 reuniões, porque de certa forma, se já temos o costume de sempre fazer  
893 nas quintas à tarde, por que misturou, terça, quarta e quinta? Porque isso  
894 realmente afeta em particular a minha agenda, uma vez que há dias na  
895 semana em que eu leciono à tarde. Então eu me programei para o próximo  
896 ano já pensando que os nossos encontros seriam nas quintas-feiras à

897 tarde.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Só um minuto, Conselheiro,  
898 nosso suporte vai fazer uma manifestação, enquanto isso eu vou pedir ao  
899 Conselheiro Vitor Leles, SEDESE, para fazer a manifestação.” Conselheiro  
900 Vitor Cândido Leles de Paulo: “Senhor Presidente, na verdade, é uma  
901 pergunta que eu tenho para fazer, em relação ao formato das reuniões, se  
902 existe a possibilidade de retorno das reuniões presenciais ou se esse  
903 formato virtual, ele mesmo com o retorno de atividades presenciais, ele  
904 continua?” Sirlene Faria, Secretaria Executiva/COPAM: “Boa tarde. Sobre  
905 a questão das datas, professor Geraldo, infelizmente foi a forma que a  
906 gente teve para compatibilizar com todas as outras agendas. No caso são  
907 das reuniões do plenário e também as das outras URCs, de outras  
908 regionais. Então ficou essa questão de os dias não serem sempre a  
909 terceira quinta-feira do mês, por causa dessa, vamos dizer assim, a tabela  
910 de datas já estava completa. A gente teve que adequar dentro do que está  
911 proposto, infelizmente.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa:  
912 “Rafael.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Pois não.” Não se  
913 identificou: “Você me desculpa ser *chato*, mas realmente, para mim não vai  
914 ter problema nenhum, mas isso é um combinado, antes do Conselheiro  
915 aceitar entrar no jogo, agora ele aceitou, se programou, se agendou, fez  
916 toda a programação da sua vida e o órgão por uma atitude, uma vontade,  
917 uma questão própria, foi lá e fala ‘Nós é quem mandamos’. Então eu acho  
918 que aí vocês precisariam pelo menos ter consultado esses Conselheiros  
919 para ver se haveria ou não impedimentos de horários e de datas. Isso é  
920 uma questão de um *e-mail*, entendeu? Nada contra ninguém  
921 pessoalmente daqui.” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Senhor  
922 Presidente. Boa tarde novamente. Realmente estamos vivendo uma  
923 situação, um momento atípico no mundo, em função da pandemia. A  
924 proposta é caso as reuniões remotas continuem acontecendo. Então hoje  
925 a gente faz as reuniões por uma plataforma, que é a plataforma *Zoom*.  
926 Inclusive, hoje a gente usa a plataforma da ABEMA, o próprio Sistema  
927 Estadual de Meio Ambiente está adquirindo a plataforma própria, então  
928 assim, a gente tem que fazer o casamento de todas as agendas. A  
929 proposta que a gente está fazendo hoje é em função do sistema remoto  
930 que está acontecendo. No futuro, se Deus quiser, no ano que vem, caso a  
931 vacina já esteja de acesso a todos, e a gente volte com as reuniões  
932 presenciais, aí a gente pode voltar com um novo calendário, para que a  
933 URC Alto São Francisco faça novas datas, e possa ser, inclusive, em dias  
934 que haverá reuniões tanto em Belo Horizonte quanto em outras regionais  
935 que a gente também tem unidades colegiadas acontecendo. Esse  
936 calendário é em conformidade com a realidade que a gente tem hoje, em  
937 função de uma pandemia. Mas no ano que vem, se Deus quiser, isso tudo  
938 muda, e aí, Conselheiro, a gente pode voltar com um novo calendário para  
939 que possamos aprovar novamente, já com a possibilidade de reunião

940 presencial, e em um dia já acordado anteriormente, mas eu espero a  
941 compreensão de todos para o momento que a gente está vivendo hoje.  
942 Obrigada, boa tarde.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Obrigado  
943 Vânia. Conselheiro Mauro está com a mão levantada, por favor,  
944 Conselheiro.” Conselheiro Mauro César Cardoso Cruz: “Obrigado, senhor  
945 Presidente. Bom, é que em resposta à explicação da Vânia, com todo o  
946 respeito. A gente está vivendo essa situação, espero eu que passe logo,  
947 com certeza. Mas por outro lado tenho certeza que a reunião virtual, da  
948 maneira como ela está acontecendo, ela é muito menos onerosa para o  
949 estado. E o Estado de Minas Gerais não conseguir disponibilizar um  
950 sistema próprio para as reuniões remotas, com todo o respeito é um  
951 absurdo. Isso acho que está demonstrando uma falta de prioridade, porque  
952 o custo disso, pelo benefício, não é alto. Isso aqui é bem mais barato do  
953 que ter uma reunião presencial. Uma outra questão, eu gostaria que  
954 ficasse bem claro que a diminuição da frequência das reuniões tem se  
955 dado por conta da menor demanda da sociedade pelas reuniões dessa  
956 plenária, ou algum outro motivo? Porque, sinceramente, é muito ruim a  
957 gente ouvir, mesmo que erroneamente, algumas insinuações de que  
958 questões relacionadas ao meio ambiente muitas vezes não andam na  
959 velocidade que alguns setores gostariam por falta de reuniões. Então eu  
960 gostaria que isso ficasse bem claro para todos que estão aqui, para todos  
961 que estão nos assistindo, que essa diminuição da frequência é dada por  
962 conta da diminuição de demanda também, não é? Muito obrigado.”  
963 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro, como eu havia dito  
964 anteriormente, a reunião passa a ser trimestral com o intuito de a gente  
965 conseguir reuniões com pautas mais numerosas. A gente verificando esse  
966 ano, nós tivemos a reunião bimestral, mas nós tivemos a nossa primeira  
967 reunião só lá na metade do ano, porque a gente precisava compor pautas  
968 que gerassem a necessidade de deliberação. Autos de recurso, que é  
969 necessariamente o que vem sendo matérias dessas reuniões de câmaras  
970 técnicas regionais, como o Conselheiro Eduardo colocou mais cedo  
971 conosco que a gente estava com o placar desfavorável aos deferimentos,  
972 mas é porque geralmente o que está sendo deliberado na reunião é o que  
973 já passou por um indeferimento frente ao órgão ambiental. E houve o  
974 recurso, e agora esse recurso está sendo julgado na unidade colegiada.  
975 Então a gente percebeu que houve um decréscimo desse número de  
976 processos que demandavam a deliberação da unidade colegiada, então  
977 em detrimento disso nós passamos essa frequência para ser trimestral. E  
978 isso não prejudica, caso haja um acréscimo, um aumento do volume dessa  
979 demanda, a gente não faça as reuniões ordinárias também de acordo com  
980 a necessidade. As reuniões extraordinárias, de acordo com a necessidade.  
981 Ok, Conselheiro?” Conselheiro Mauro César Cardoso Cruz: “Ok,  
982 muitíssimo obrigado.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Vamos para a

983 deliberação então do calendário? Nós já temos um voto favorável no *chat*,  
984 do Conselheiro Lucélio Nativo, da APPA. Ok, Conselheiro Wellington Dias,  
985 ausente. Conselheiro Igor Messias, da SEDE.” Conselheiro Igor Messias  
986 da Silva: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheira  
987 Elaine Aparecida, SEE.” Conselheira Elaine Aparecida Corrêa de Lacerda  
988 Gontijo: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro  
989 José Tadeu, SEINFRA.” Conselheiro José Tadeu La Guardia: “Favorável.”  
990 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro Eduardo José,  
991 EPAMIG.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Rafael, antes eu  
992 preciso ver com o meu colega aqui da PUC, que falou a questão da  
993 agenda dele, se ele concorda, se ele concordar eu concordo, se ele não  
994 concordar eu discordo também. Eu estou com ele.” Presidente Rafael  
995 Rezende Teixeira: “Conselheiro, mas o senhor precisa se posicionar, o  
996 senhor consegue esse posicionamento dentro de quanto tempo?”  
997 Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Senhor  
998 Presidente, se for possível, eu antecipo meu voto. Contrário à agenda,  
999 pelos motivos já expostos.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa:  
1000 “Então pronto, também sou contrário à agenda.” Presidente Rafael  
1001 Rezende Teixeira: “Conselheiro Vitor Cândido, SEDESE. Conselheiro Vitor  
1002 Cândido, SEDESE, como vota?” Conselheiro Vitor Cândido Leles de  
1003 Paulo: “Presidente, dessa forma eu vou ficar contrário à agenda, favorável  
1004 a uma continuidade virtual, mesmo com a volta da normalidade.”  
1005 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro, como já foi elucidado  
1006 anteriormente, as datas são considerando que as reuniões serão virtuais.  
1007 O senhor está esclarecido disso?” Conselheiro Vitor Cândido Leles de  
1008 Paulo: “Esclarecido, senhor Presidente, continuo contrário, pela  
1009 participação de todos. Eu só tenho uma consideração, a PUC ela tem dois,  
1010 ela tem um suplente também, não tem?” Presidente Rafael Rezende  
1011 Teixeira: “Sim.” Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Então  
1012 Presidente, desculpe, eu vou mudar meu voto para favorável.” Presidente  
1013 Rafael Rezende Teixeira: “Ok. Tenente Flávio, Polícia Militar, como vota?”  
1014 Conselheiro 1º TEN. PM Flávio Borges Silva: “Favorável.” Presidente  
1015 Rafael Rezende Teixeira: “Roger Alexandre, CREAMG, como vota?”  
1016 Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Favorável.” Presidente  
1017 Rafael Rezende Teixeira: “Lucas Marques, Ministério Público, como vota?”  
1018 Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Favorável, Presidente.” Presidente  
1019 Rafael Rezende Teixeira: “Ana Luiza, Prefeitura de Pains, como vota?”  
1020 Conselheira Ana Luiza Silva Rodrigues: “Favorável.” Presidente Rafael  
1021 Rezende Teixeira: “Túlio de Sá, FIEMG, como vota?” Conselheiro Túlio  
1022 Pereira de Sá: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Edécio  
1023 José, FAEMG, como vota?” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira:  
1024 “Favorável, senhor Presidente.” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
1025 “Cinara Lucinei, FEDERAMINAS, como vota?” Conselheira Cinara Lucinei

1026 Mendes: “Favorável.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ronaldo José,  
 1027 AMPAR, votou no *chat* favorável. Lucélio Nativo, APPA, votou favorável no  
 1028 *chat*. Regina Maria Bento, Grupo AR, como vota? Pode dizer favorável no  
 1029 *chat*, Regina Maria.” Conselheira Regina Maria Bento: “Favorável.”  
 1030 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado. Pode desligar o  
 1031 microfone agora. Conselheiro Luiz Paulo, Associação Nordeste, como  
 1032 vota?” Conselheiro Luiz Paulo Deniz Alves: “Favorável, senhor Presidente.”  
 1033 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Ok, obrigado. Professor Geraldo  
 1034 Tadeu, voto contrário. Mauro César, UEMG, como vota?” Conselheiro  
 1035 Mauro César Cardoso Cruz: “Favorável, Presidente.” Presidente Rafael  
 1036 Rezende Teixeira: “Júlio César, OAB, como vota?” Conselheiro Júlio César  
 1037 de Oliveira: “Presidente, eu compreendo as razões do professor Geraldo  
 1038 Tadeu, porém eu voto favorável à agenda.” Presidente Rafael Rezende  
 1039 Teixeira: “Então Conselheiros, agenda aprovada, agenda de 2021, com 17  
 1040 votos favoráveis, 2 contra e 1 ausência.” **5. SISTEMA DE**  
 1041 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL - SLA. APRESENTAÇÃO: SECRETARIA**  
 1042 **DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**  
 1043 **SUSTENTÁVEL - SEMAD. RETIRADO DE PAUTA EM 20/08/2020.**  
 1044 Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Os senhores se recordam, o item 5,  
 1045 a nossa pauta positiva do dia, tivemos uma alteração de pauta e ela vinha  
 1046 agora, subsequente ao item 7, uma apresentação, uma excelente  
 1047 apresentação de um excelente gestor da SEMAD, Daniel Gonçalves. Acho  
 1048 que o Daniel já deve estar aí conosco, está aí, Daniel?” Daniel dos Santos  
 1049 Gonçalves, Dereg/SEMAD: “Pronto Rafael, boa tarde. Apareceu aí para  
 1050 você?” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Joia, apareceu sim. Então  
 1051 muito bom. Item 5 da nossa pauta, Sistema de Licenciamento Ambiental -  
 1052 SLA. Apresentação: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
 1053 Sustentável. Foi retirado (ÁUDIO RUIM). Daniel.” Daniel dos Santos  
 1054 Gonçalves, Dereg/SEMAD: “Vamos lá, Rafael, acho que seu áudio  
 1055 estava no mudo, no final.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Meu áudio  
 1056 estava no mudo, perdão. Pode começar, por gentileza.” Daniel dos Santos  
 1057 Gonçalves, Dereg/SEMAD: “Ok, vou abrir aqui a apresentação.  
 1058 Conseguem ver minha tela?” Presidente Rafael Rezende Teixeira:  
 1059 “Perfeitamente.” Daniel dos Santos Gonçalves, Dereg/SEMAD:  
 1060 “Conselheiros, uma boa tarde para vocês, Rafael. É um prazer estar com  
 1061 vocês, meu nome é Daniel Gonçalves, estou na Diretoria de Estratégia e  
 1062 Regularização, então nós tivemos o prazer de coordenar esse projeto do  
 1063 sistema de licenciamento, que foi lançado no dia 5 de novembro de 2019.  
 1064 E foi uma boa nova, principalmente em virtude da pandemia, da Covid, e  
 1065 tivemos uma continuidade esse ano bem favorável, muito em virtude do  
 1066 sistema eletrônico. Esse ano de 2020, foi o ano que aferimos êxito com os  
 1067 diversos benefícios do sistema de licenciamento, e é um projeto que vem a  
 1068 médio prazo, então existem várias ferramentas novas sendo desenvolvidas

1069 no sistema, eu vou falar um pouquinho dessa nova metodologia de  
1070 tramitação de processos. Existem alguns estados no Brasil que já adotam  
1071 o sistema eletrônico, então nós tivemos aqui alguns *benchmarks*, Rio  
1072 Grande do Sul, etc. Para a gente desenvolver esse projeto aqui no estado.  
1073 É um pioneiro, e tivemos êxito já há mais de um ano com o projeto em  
1074 vigência. E alcançamos nos processos que estão no sistema o menor  
1075 tempo de tramitação de processos, principalmente, simplificado, em nível  
1076 nacional. Nós temos hoje, no sistema, uma média de 15 dias. É claro que  
1077 os processos mais complexos a gente tem uma média de 90 dias, os  
1078 licenciamentos convencionais, mas hoje a nossa média geral de  
1079 licenciamento é em torno de 15,5 dias no sistema de licenciamento, e só o  
1080 Espírito Santo que está em segundo, 19 dias. É claro que existem várias  
1081 ferramentas de aumento qualitativo de análise, que estão sendo  
1082 confeccionadas. A primeira vertente do sistema é eliminar etapas que eram  
1083 desnecessárias. Então a própria tramitação de pasta física, de uma área  
1084 para outra dentro de uma regional, de uma regional para outra, tendo em  
1085 vista lacunas de recursos humanos em Minas Gerais, às vezes há um  
1086 profissional só lá no Norte, especialista na parte estéreo, etc. Um biólogo  
1087 que tem uma especialidade diferente, então hoje, com o sistema  
1088 eletrônico, todos os analistas do estado conseguem contribuir na análise, e  
1089 dentro de uma mesma regional, ao mesmo tempo, com as informações  
1090 disponibilizadas dentro do processo. Então, a gente tem uma queda de  
1091 prazo muito grande, em virtude dessa eliminação de etapas, que realmente  
1092 não eram necessárias na tramitação do processo. Só colocando números  
1093 gerais, até pelas indicações que o Rafael fez durante a reunião de hoje,  
1094 mesmo em situação de pandemia nós já finalizamos, nos primeiros cinco  
1095 bimestres, 5.380 processos de licenciamento ambiental. Então nós não  
1096 tivemos descontinuidade na prestação do serviço de licenciamento  
1097 ambiental esse ano. Nós temos uma taxa de mais ou menos 92% de  
1098 deferimento em simplificados, essa taxa cai para 60% nos convencionais.  
1099 Então esse é o nosso projeto, que é um projeto a médio prazo, nós já  
1100 entregamos algumas etapas. E ele funciona nessa metodologia, que  
1101 também adotamos, uma ideologia de portal de serviços, que nós  
1102 denominamos de portal EcoSistemas, em que os módulos, eventualmente  
1103 construídos de novembro de 2019 para cá, começam a ser alocados nesse  
1104 portal, que nós chamamos de EcoSistemas. Esses módulos passam a ter  
1105 uma integração de informação ambiental. Então já tem alguns módulos  
1106 disponíveis, o sistema de registro de categoria do IEF, tem alguns módulos  
1107 já lançados, e aí em meados do ano que vem, vai ser lançado também o  
1108 sistema de outorgas. Então com esse portal e com os módulos construídos  
1109 dentro desse portal, a gente tem uma possibilidade de gerir informações de  
1110 forma integrada para otimizar a nossa decisão final, decisões estratégicas  
1111 e de política pública ambiental, principalmente. E também dentro dos

1112 processos administrativos de forma pontual. Esses módulos alocados no  
1113 portal EcoSistema, eles têm em comum um cadastro, que são os  
1114 responsáveis administrativos, que são as pessoas jurídicas ou físicas, que  
1115 se responsabilizam pelos empreendimentos que são constituídos dentro  
1116 dos serviços ambientais que há as atividades envolvidas em determinado  
1117 local. Então, todos esses módulos que vão sendo construídos no portal,  
1118 eles são acionados após o empreendedor e as consultorias registrarem  
1119 essa pessoa, o responsável, quem vai se responsabilizar pela atividade e  
1120 também pela entrega das informações ambientais, estudos e documentos  
1121 dentro do processo. A gente tem uma programação no futuro de  
1122 integração eletrônica dessas informações por essa ideologia que é o portal  
1123 EcoSistemas. Pela complexidade que é construir um sistema de  
1124 licenciamento, e já tivemos algumas tentativas no passado, que não  
1125 lograram êxito, nós, desta vez, dividimos as entregas em algumas etapas.  
1126 Então essas etapas vão trabalhando em vertentes, em pilares diferentes. A  
1127 gente tem que trabalhar no licenciamento os pilares, sociais, econômicos e  
1128 ambientais propriamente ditos, mas a gente também tem que trabalhar os  
1129 pilares de eficácia, eficiência e efetividade. E o mais fácil de se entregar,  
1130 nada é fácil no sistema, mas o que é mais célere, é realmente trabalhar na  
1131 vertente de desburocratização inicialmente. Eliminar o que era  
1132 desnecessário, retirar o custo de pastas físicas, de tramitação de papéis,  
1133 etc. Então a gente entende que para que saísse um sistema a gente  
1134 precisaria de três etapas, que é a construção do cadastro, e as etapas que  
1135 a gente denominou de etapa 1 e 2, e atualmente nós já temos em  
1136 programação, quase entrega, a etapa número 3, que existe uma série de  
1137 outras ferramentas para serem introduzidas no sistema de licenciamento.  
1138 Para a gente chegar em uma etapa 5, onde a gente consiga inclusive fazer  
1139 uma gestão de condicionante, gerando gráficos e melhorar a informação  
1140 também disponível à sociedade e para contribuir também na decisão  
1141 dentro do processo do formato eletrônico. Então hoje o que a gente tem  
1142 eletrônico é o processo administrativo ambiental, do licenciamento. Desde  
1143 a parte inicial, de peticionamento, onde você caracteriza o  
1144 empreendimento, até a tramitação, até a finalização desse processo dentro  
1145 do SLA. Aqui é importante, que nós sabemos que a nossa legislação, e aí  
1146 não é só um ônus de Minas, do Brasil inteiro, existe muita dificuldade de  
1147 transparência com relação às etapas de um processo de licenciamento.  
1148 Nós temos o artigo 10 da Resolução CONAMA nº 237, que fala das etapas  
1149 de licenciamento, mas muito adaptado para o modelo federal, que é bem  
1150 diferente do modelo de avaliação de impactos que tem em Minas, que tem  
1151 em outros estados, por exemplo, Espírito Santo, onde a gente tem a fase  
1152 de triagem e escopo, no formato eletrônico e automatizado. Nós tivemos  
1153 que pegar o desenho do processo administrativo comum, que está regrado  
1154 na Lei Federal nº 9.784/99, e na Lei Estadual nº 17.184/2002, e trazer isso

1155 para uma realidade do processo administrativo ambiental. E construir  
1156 essas etapas dentro de um sistema que transparecesse isso para o  
1157 usuário, o empreendedor e para a sociedade também de uma forma  
1158 transparente. Então nós temos hoje no sistema algumas etapas de  
1159 tramitação desse processo. A primeira delas é a caracterização, onde a  
1160 gente tem 10 subetapas que o empreendedor percorre para conseguir  
1161 formalizar o seu processo. A gente tem uma etapa de pré-análise, onde, de  
1162 posse dessas informações ambientais prévias, a superintendência decide  
1163 pela formalização ou não daquele processo de licenciamento, se cumprido  
1164 esses requisitos iniciais, se apresentado o estudo devido, etc. Se as  
1165 informações forem alocadas de forma correta. Depois a gente tem a parte  
1166 de instrução, ela é feita toda dentro do sistema de licenciamento, então as  
1167 informações complementares são pedidas e entregues dentro do sistema,  
1168 então muitas vezes no mesmo dia, e aí você tem um acionamento no  
1169 próprio sistema, via *e-mail*, notificando o empreendedor, consultorias, com  
1170 relação às informações complementares, então aquela informação que era  
1171 enviada via ofício, muitas vezes tinha um AR comprobatório do  
1172 recebimento, ela é, hoje, enviada pelo sistema e muitas vezes recebida no  
1173 mesmo dia. E o sistema faz o controle dos prazos também. Então a queda  
1174 no tempo de análise é muito grande com relação a essas ferramentas. O  
1175 próprio sistema te permite cadastrar decisões e decidir também ali no  
1176 próprio sistema, onde o certificado de licença já fica disponível para o  
1177 empreendedor, ele consegue fazer o *download*, e as condicionantes já  
1178 vem anexas, e a gente um *QR Code*, que a fiscalização, inclusive,  
1179 consegue aferir se aquele certificado foi produzido pela Secretaria de Meio  
1180 Ambiente ou não. Então também dá um confiança maior, uma legitimidade  
1181 nesse processo também, tanto para a sociedade quanto para a  
1182 fiscalização, e para o próprio empreendedor também, que é alvo da  
1183 fiscalização, e tem um instrumento comprobatório da sua regularidade, que  
1184 lhe dá mais segurança também. Essa é a visão eletrônica do sistema,  
1185 então o planejamento hoje é feito na infraestrutura de dados parciais, a  
1186 IDE SISEMA, essa estrutura ainda não está integrada com o SLA, mas a  
1187 partir do início do próximo ano a gente vai ter essa ferramenta de  
1188 integração, ou seja, o licenciamento vai consumir informações da IDE,  
1189 atualizadas, e a IDE vai puxar informações do sistema de licenciamento  
1190 para que a gente tenha esse ganho em termos de qualidade de análise e  
1191 gestão de informação ambiental do estado. Mas hoje ele faz o  
1192 planejamento do seu empreendimento, escolhe a localidade dentro do  
1193 território de Minas, já conseguindo observar quais são os atributos  
1194 ambientais mais relevantes dentro do território, de posse dessa análise  
1195 inicial ele consegue pedir o seu licenciamento via SLA. Nós temos a  
1196 análise do processo, as informações complementares solicitadas via  
1197 sistema, emissão de decisão e acesso ao próprio certificado pelo

1198 empreendedor e sociedade de forma transparente no SLA. Dentro do  
1199 sistema a gente tem alguns fluxos; tem o fluxo inicial que é a  
1200 caracterização, a caracterização ela tem certa complexidade, onde o órgão  
1201 ambiental afere se o empreendedor incide em critérios locacionais, se tem  
1202 fatores de vedação e restrição ao empreendedor, afere se o  
1203 georreferenciamento foi feito de forma adequada do local onde vai  
1204 desenvolver as atividades. Depois a gente tem o fluxo de admissibilidade,  
1205 onde o órgão ambiental realmente tem acesso a essa caracterização e  
1206 valida, formalizando o processo, e esse processo depois tem esse fluxo de  
1207 trâmite até uma decisão final. Isso tudo bem desenhado no sistema. O  
1208 primeiro passo para quem vai empreender hoje, no estado, e precisa de  
1209 uma licença ambiental, é se cadastrar nesse portal, que é o EcoSistemas,  
1210 então temos o registre aqui, o empreendedor registra o seu CPF, e após  
1211 seu registro inicial, ele consegue colocar o *e-mail*, onde ele vai ser  
1212 acionado durante o trâmite desse processo de licenciamento, e depois  
1213 disse ele vai caracterizar, vai construir a sua pessoa física e jurídica, que  
1214 vai se responsabilizar pelo processo, e vai alocar ali as suas consultorias  
1215 ambientais, que poderão participar desse processo administrativo. Então  
1216 aqui é o cadastro, cadastro de pessoas físicas e jurídicas, onde ele aloca  
1217 os consultores, as procurações que lhe são devidas, e aí sim ele começa a  
1218 tramitar via sistema o seu pedido. Então aqui já dá para ver que o sistema  
1219 é bem didático, ele tem uma linha do tempo, então são 10 subetapas aqui  
1220 na caracterização. A primeira etapa, por exemplo, a gente já faz  
1221 questionamentos com relação à competência do estado, então tem a Lei  
1222 Complementar 140, o Decreto 8437/2015, Decreto Federal, que também  
1223 coloca diretrizes para a definição de competências. Perguntas da própria  
1224 DN 213, atualizada na DN 219. E esse percurso da caracterização vai  
1225 sendo realizado. A segunda etapa tem a inserção de atividades, depois a  
1226 parte de incidência de critérios, a definição de modalidade, então fica tudo  
1227 um trâmite bem didático, o pagamento é de acordo com a modalidade, o  
1228 custo é de acordo com a modalidade automatizada pelo próprio sistema. E  
1229 o DAI fica disponível, o próprio empreendedor consegue fazer o *download*  
1230 do DAI. Realizar o pagamento, após cerca de 48 horas, dois dias úteis,  
1231 esse empreendedor, a sua solicitação entra para análise no órgão  
1232 ambiental. Então a gente tem essas etapas, que é feita pelo  
1233 empreendedor, e agora fica bastante transparente o que ele tem que  
1234 informar ao órgão ambiental, fica registrado no ambiente que nós  
1235 denominamos de caracterização, então também tem essa segurança do  
1236 empreendedor, aquilo que ele colocar como informação fica transparente  
1237 para a sociedade, órgãos de controle e também para o órgão ambiental.  
1238 Essa caracterização já dá oportunidade para o órgão fazer avaliações  
1239 iniciais, se esse empreendimento que está pedindo o licenciamento tem  
1240 uma regularidade prévia, se existe uma fragmentação ou mero

1241 desmembramento, os conceitos são diferentes. Existe também essa  
1242 avaliação inicial da incidência ou não de critérios, fator de restrição e  
1243 vedação, etc., documentos colocados. Aqui é importante que nós  
1244 conseguimos pegar várias fragmentações de processos, por uma  
1245 ferramenta Geo, que agora com a integração da IDE, nós vamos conseguir  
1246 abrir a IDE dentro do SLA, então o empreendedor, quando ele colocar o  
1247 lugar que ele vai querer desenvolver a atividade, ele já vai conseguir  
1248 visualizar todas as licenças emitidas no entorno, e a chance do órgão de  
1249 controle, do órgão ambiental, o órgão de regulação verificar se ele está  
1250 dando uma indicação de fracionamento já vai ser bem maior com a  
1251 integração do SLA com o IDE SISEMA. E a gente vai conseguir  
1252 transacionar as informações. Isso tende a aumentar a qualidade, inclusive  
1253 para avaliações ambientais sinérgicas e cumulativas, quando a gente vai  
1254 ter noção das atividades que eventualmente possam correlacionar com  
1255 aquela atividade que ele está pedindo licenciamento. No próprio sistema  
1256 nós temos uma etapa de instrução do processo, onde já dá indicação ao  
1257 empreendedor quais documentos ele precisa entregar, quais são  
1258 facultativos no início do processo, isso tende a ter uma uniformidade maior  
1259 de comportamento entre as regionais, apesar de que na prática nós já  
1260 identificamos algumas lacunas de comportamento que a gente vai tentar  
1261 travar mais no sistema, para ter segurança jurídica para todo mundo. Mas  
1262 aqui o importante é que os documentos já tem um padrão de acordo com a  
1263 caracterização do empreendimento para todo o Estado de Minas. Então  
1264 diminui, a tendência é diminuir um pouco a discricionariedade. Na verdade,  
1265 não a discricionariedade, mas a arbitrariedade. Então o sistema também  
1266 proporciona esses avanços. Importante, eu já citei aqui, nós temos uma  
1267 integração com a Fazenda, então assim que há uma geração do valor, e o  
1268 valor é automatizado, então também dá a segurança do que o  
1269 empreendedor tem que pagar. E a arrecadação também sobe, porque a  
1270 cobrança é exatamente como está na legislação. Então a subjetividade, as  
1271 falhas humanas, eventualmente de cobrança, elas são muito diminuídas, o  
1272 sistema em 01 ano de operação já teve uma arrecadação bem superior do  
1273 que foi o gasto para elaborar essa fase inicial. Isso dá uma possibilidade  
1274 de a gente incrementar com várias outras ferramentas de aumento de  
1275 qualidade e análise de licenciamento. Bom, para essa estrutura de sistema  
1276 nós dividimos em uma fase onde a gente ainda não tem o processo, que a  
1277 gente chama de fase pré-processual, onde a gente tem a caracterização e  
1278 a fase de admissibilidade. Então assim que o órgão ambiental, a SUPRAM,  
1279 recebe essa solicitação, ela pode deferir, formalizando o processo, ela  
1280 pode indeferir, se houver descumprimento de requisitos básicos, como a  
1281 não entrega de um estudo ambiental, e esse empreendedor pode até  
1282 discutir a restituição na Fazenda, mas ele não consegue reaproveitar o  
1283 valor, nós criamos uma figura da Inépcia, copiando um pouco o Código de

1284 Processo Civil, artigo 319, que fala da inépcia, da inicial, mas aqui um  
1285 pouco da realidade do processo administrativo ambiental no seguinte  
1286 sentido: muitas das vezes o empreendedor coloca o *hall* de atividades e  
1287 esquece de uma, e essas atividades que vão instruir o processo e vão dar  
1288 a modalidade final, então muitas das vezes nesse processo eletrônico,  
1289 quando o analista ele vai *in loco*, faz uma vistoria e identifica essa lacuna,  
1290 se ele já percorreu a fase de caracterização e a gente não possibilitasse  
1291 que ele retornasse, ficaria com o processo travado e com a informação  
1292 errada, disponível ali para a sociedade e para os órgãos de controle. Então  
1293 ao clicar nessa inépcia, nós possibilitamos que o empreendedor volte  
1294 atrás, reaproveite o valor que ele pagou, desde que haja realmente  
1295 argumento para isso, ele corrige essa fase pré-processual, reaproveitando  
1296 o valor já pago. E a gente também onera menos o empreendedor com  
1297 isso. Então nesse processo eletrônico nós tivemos que bolar alguns  
1298 artifícios com base na legislação também. Importante aqui, que nós  
1299 tentamos dar uma segurança para o empreendedor com relação a uma  
1300 eventual morosidade do órgão. Então quando ele percorre a fase de  
1301 caracterização, muitas vezes ele está com um prazo correndo,  
1302 principalmente nas renovações de licença, que exigem que ele formalize o  
1303 processo de renovação 120 dias antes do vencimento da licença anterior,  
1304 então muitas vezes ele alocou o documento e pagou, mas ainda você tem  
1305 um prazo ali que o órgão ambiental vai gastar e para aceitar o processo  
1306 dele ou não. Então no sistema, se ele colocou toda a documentação  
1307 correta e fez o pagamento, e o órgão demorou 20 dias para analisar essa  
1308 solicitação, mesmo assim quando o órgão analisar e se o órgão verificar  
1309 que está tudo ok, ao formalizar o processo, nós resgatamos a data de  
1310 formalização, de acordo com o último documento colocado, que é  
1311 exatamente o pagamento feito. Então nós também damos essa segurança  
1312 de cumprimento do prazo, em uma situação de regularidade, quando ele  
1313 tem essa intervenção do órgão ambiental e isso pode onerar nessa data,  
1314 esse momento de formalização do processo. E a decisão do processo,  
1315 deferimento, indeferimento, arquivamento e nós criamos também uma  
1316 decisão interlocutória, que a gente pode chamar assim com base lá na lei  
1317 do processo administrativo estadual, falando que você pode convalidar  
1318 hábitos eventualmente com vícios. Então é a mesma situação de quando  
1319 você identifica algum erro nessa caracterização, mas você está em um  
1320 momento de análise meritória, e você ainda sim tem que voltar e corrigir a  
1321 informação, então você invalidaria esse ato momentaneamente, o  
1322 empreendedor ajustaria isso na caracterização e assim que sanearia esse  
1323 vício a gente resgataria o processo e a taxa também reaproveitada. Então  
1324 a gente também tem um fluxo bem otimizado nessas questões dentro do  
1325 sistema. Dentro do sistema toda análise do processo é feita na própria tela  
1326 do sistema, troca de informações, até marcar uma reunião a gente

1327 consegue via sistema. Mudar modalidade, a critério técnico de acordo com  
1328 o artigo 8º, parágrafo quinto, da própria DN 217, então toda a troca de  
1329 informações é feita e registrada no Sistema de Licenciamento Ambiental. O  
1330 empreendedor também é notificado, assim que gera uma pendência, uma  
1331 informação complementar, ele tem acesso a ela. Aí tem o horário, a  
1332 pessoa que emitiu essa informação, aqui a gente está em um momento de  
1333 teste, então não tem problema, não tem o porquê cobrir os nomes, mas  
1334 aqui é um exemplo de uma solicitação feita, o empreendedor retorna  
1335 muitas vezes no mesmo dia com a informação, então a gente tem uma  
1336 redução no prazo de análise bastante considerável. O empreendedor é  
1337 notificado com relação ao prazo que ele tem, se está dentro do prazo,  
1338 quantos dias que faltam para acabar, quando tiver cinco dias faltando,  
1339 aparece uma notificação para ele no *e-mail*, e ele consegue ver que ele  
1340 está quase em tempo de entregar aquela informação. E o prazo quanto ele  
1341 está esgotado também fica notório, registrado no sistema. Tanto para os  
1342 órgãos de controle quanto pelo órgão ambiental, e também para a  
1343 sociedade para facilitar a transparência e ver a diligência que o  
1344 empreendedor está tendo dentro dos pedidos do órgão ambiental. O  
1345 importante aqui é, se o empreendedor fizer o registro, o cadastro de forma  
1346 correta dentro do sistema, quando o órgão ambiental peticiona, pedindo  
1347 uma informação complementar, isso é enviado no *e-mail* da consultoria, o  
1348 empreendedor também recebe. Ele consegue ver se as consultorias estão  
1349 sendo diligentes. Então ele consegue ver a qualidade do serviço que ele  
1350 contratou. Na parte de cadastramento de decisão nós deixamos expresso  
1351 aqui um motivo resumido que o órgão ambiental tem que fornecer ao  
1352 empreendedor, deixar registrado no sistema. Descrever as condicionantes  
1353 ambientais, colocar o prazo de vigência da licença, além de anexar o  
1354 parecer. Então assim que coloca também o teor das condicionantes, e a  
1355 decisão final é gerada, o certificado é disponibilizado, essas  
1356 condicionantes escritas ficam no verso do certificado. Então o  
1357 empreendedor consegue acessar isso fazendo o *download* pelo próprio  
1358 sistema. As certidões de dispensa nós tivemos um ganho qualitativo com o  
1359 sistema, nós passamos a fazer uma análise das certidões. E nos primeiros  
1360 três meses de sistema, nós já convocamos ao licenciamento cerca de 300  
1361 empreendimentos, que antes se autodeclaravam dispensados do  
1362 licenciamento. Então a gente também tem esse controle maior, inclusive  
1363 das atividades que eventualmente sejam autodeclaradas como  
1364 dispensadas, então toda afirmação de dispensa de licenciamento passa  
1365 por um crivo interno do órgão. Isso é importante porque inclusive algumas  
1366 dispensas tem o georreferenciamento no sistema, facilita as ações de  
1367 fiscalização. Importante é que cada motivo de dispensa de licenciamento,  
1368 hoje, tem um certificado padrão, então dá segurança para quem tem um  
1369 certificado do estado. E aparece exatamente o dispositivo legal, que

1370 fornece essa condição de dispensa do licenciamento. Então a gente tem  
1371 oito modelos de certidão, cada qual com seu motivo específico. Então a  
1372 gente tem um aumento qualitativo, que é no sentido de controle mesmo de  
1373 atividades potencialmente poluidoras e também essa questão de indução  
1374 de regularidade, a gente aumenta o número de pedidos pela facilidade que  
1375 é a tramitação do processo. Outro ponto positivo é a uniformidade, todas  
1376 as modalidades de licença seguem o mesmo fluxo. Todas estão dentro do  
1377 sistema, no modelo antigo ainda, começando o processo eletrônico que  
1378 nós criamos o sistema de requerimento, algumas modalidades estavam no  
1379 SIAM, outras no sistema de requerimento, então existia uma dificuldade  
1380 um pouco do acesso da informação, pela diferença dos locais onde a  
1381 informação estava disponível. Quando você tem um processo único, um  
1382 fluxo único, e as informações sempre alocadas no mesmo local, você  
1383 facilita a gestão da informação. E esses aprimoramentos futuros que nós  
1384 teremos, certamente conduzirão a essa melhoria na gestão dessas  
1385 informações também. O importante é que o sistema é um projeto de médio  
1386 e longo prazo. Então nós temos o SLA sendo lançado em 2019, mas ele  
1387 está longe ainda do objetivo da equipe. O licenciamento sem uma  
1388 participação popular efetiva não é um licenciamento. Então nós queremos  
1389 criar condições de participação, inclusive da sociedade dentro desse  
1390 processo eletrônico. Nós já criamos uma ferramenta onde a sociedade,  
1391 hoje, já consegue visualizar dentro do SLA, o georreferenciamento do  
1392 empreendimento, para verificar se esse empreendimento está perto ou não  
1393 de sua residência, de alguma propriedade de algum membro da  
1394 sociedade. Mas a gente tem que avançar muito ainda, em termos de  
1395 participação da sociedade nesse formato eletrônico, para evitar que a  
1396 gente fique apegado na participação exclusiva naqueles processos com  
1397 EIA / RIMA, de audiências públicas. A gente sabe que é bem reduzido  
1398 esse número com relação ao total de atividades que eventualmente  
1399 tenham impacto ambiental. A gente vai criar ferramentas para controlar  
1400 condicionantes, ou seja, o pós-licenciamento, que talvez é o mais  
1401 importante, inclusive, que as licenças, hoje, tem algumas com 10 anos de  
1402 prazo, então é importante que a gente crie ferramentas para receber a  
1403 informação do pós-licenciamento e controlar tempestividade, qualidade,  
1404 inclusive começar a fazer gráficos de parâmetros de automonitoramento,  
1405 então é uma realidade que antes a gente não tinha nem próximo, mas com  
1406 uma ferramenta eletrônica a gente consegue sonhar com estruturas um  
1407 pouco mais qualitativas de análise. E aí a gente reduziria, inclusive, o  
1408 trabalho do analista, que hoje tem que, nos processos ainda físicos, tem  
1409 que percorrer diversos processos para ter acesso aos relatórios de  
1410 monitoramento, um exemplo. Então são ferramentas que estão em  
1411 desenvolvimento agora. Parecer eletrônico, então o parecer de  
1412 licenciamento está sendo traduzido para o modelo eletrônico padrão

1413 também no sistema, isso também já está para o setor de tecnologia e  
1414 informação, a programação, o setor técnico já criou todas as regras,  
1415 emissão de segunda via, ações de autotutela, você poder reformar uma  
1416 decisão errada de forma célere, guardando os registros no sistema, isso  
1417 está tudo sendo desenvolvido. A integração da IDE com o SISEMA, com o  
1418 SLA, da IDE SISEMA com o SLA, que aí a gente vai ter um ganho muito  
1419 grande. Melhorias da própria base de dados, pedido de TAC via sistema, a  
1420 gente está no ponto de lançamento de um novo cadastro de pessoas  
1421 físicas e jurídicas, que vai melhorar muito a gestão da informação, a gente  
1422 consegue filtrar informação por empreendimento, não só por CPF e CNPJ.  
1423 Então se a gente tiver Minas x, a gente consegue identificar o número de  
1424 licenças lá, então a gente vai ter umas melhorias assim. Importante aqui é  
1425 entender que esse projeto precisa de uma continuidade, então é  
1426 importante que todos os Conselheiros participem desse processo, no  
1427 sentido também de dar sugestões, críticas. Nós estamos no meio de um  
1428 processo de construção, então essa participação, e também usar a  
1429 ferramenta, acessar, nos trazer esse *feedback*, também é importante.  
1430 Esses são os contatos da equipe que fica realmente na gestão dessa  
1431 ferramenta, então se alguém tiver dúvida dos acessos, que não tem  
1432 acesso ainda, mas que queira ter, é só entrar em contato nesses *e-mails*  
1433 que a gente retorna para vocês. Era isso, passar para vocês esse  
1434 panorama. E eu fico à disposição se alguém tiver algum questionamento.  
1435 Agora ou quando quiserem.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “O  
1436 Conselheiro Eduardo Azevedo está com a mão levantada, Daniel. Pois  
1437 não, Conselheiro.” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Já  
1438 podemos fazer perguntas? Daniel, fantástico seu trabalho e sua  
1439 apresentação. Primeiro, Rafael, eu acho que esse ordenamento fica mais  
1440 tranquilo, produtor já resolveu a vida dele, agora nós tivemos essa  
1441 belíssima palestra aqui, eu já entrei no sistema aqui, já estou vendo  
1442 quantos empreendimentos deferidos e indeferidos tem aqui em Pitangui,  
1443 que é a minha região. Queria saber de você Daniel, se você teria  
1444 disponibilidade, no ano que vem, em dar uma palestra aqui para os alunos  
1445 da escola agrícola sobre esse sistema. Na primeira reunião que eu  
1446 participei, eu falei justamente sobre essa importância dessas ferramentas  
1447 de tecnologia da informação até para isentar o processo. Se os processos  
1448 pudessem ser ordenados, distribuídos de acordo com uma ferramenta de  
1449 tecnologia de informação, seria totalmente, porque o ser humano erra, o  
1450 ser humano é passível de erro e erra muito mais que a máquina. Hoje esse  
1451 trabalho que você apresentou é fantástico. Esse fluxo dos processos. Na  
1452 verdade, eu não vou ficar perguntando demais se não a gente ia ter que  
1453 ficar aqui até as oito horas da noite. Achei lindo esse processo seu, isso  
1454 tem que ir para a frente, isso é do interesse da sociedade. Para o grande  
1455 produtor, isso resolve 90% dos seus problemas, o pequeno produtor, eu

1456 ainda gostaria que os pequenos produtores fossem capazes, mesmo  
1457 aqueles que são semianalfabetos e analfabetos, fossem capazes de  
1458 chegar nos órgãos ambientais e sem burocracia nenhuma, sem precisar de  
1459 consultor, sem precisar de nada. Para você ter uma ideia, um negócio que  
1460 tem, para fazer um ITR aqui, os caras cobram aqui R\$ 200,00, uma coisa  
1461 que ele vai pagar R\$ 10,00 de boleto, e esses chamados consultores  
1462 ganham R\$ 190,00 em cima. Então o ideal seria que o produtor fosse à  
1463 agência e sem burocracia, ele resolvesse o problema dele, sem  
1464 intermediários. Eu sonho com isso, com o produtor resolvendo os  
1465 problemas dele, até para que mais produtores queiram se legalizar, porque  
1466 hoje a maioria dos pequenos produtores, produtor de cachaça, aquele  
1467 pequeno familiar, ele não tem legalidade da atividade dele, então eu acho  
1468 que esse trabalho que você mostrou hoje é foco, é necessidade da  
1469 sociedade e o governo, que representa a sociedade, tem que manter e  
1470 aprimorar isso daqui para a frente. Estão de parabéns mesmo viu, Daniel,  
1471 de coração.” Daniel dos Santos Gonçalves, Dereg/SEMAD: “Eduardo,  
1472 muito obrigado, desde já me coloco disponível. A intenção nossa  
1473 realmente é fazer com que essa ferramenta se dissemine, e a gente  
1474 consiga angariar cada vez mais esforços em termos de manter esse  
1475 projeto, a gente precisa de apoio, acho que as bases estão construídas,  
1476 mas existe muito caminho pela frente, então a gente precisa de mais  
1477 atores participando. Já me deixo disponível. E realmente os benefícios já  
1478 visualizados, são muito grandes, só que a finalidade do licenciamento,  
1479 esse pilar social também, ele precisa ser instrumentalizado nesse processo  
1480 eletrônico, então a gente acredita que tem muita coisa ainda para  
1481 contribuir para a sociedade mesmo, estamos aqui para prestar serviço  
1482 para a sociedade.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Conselheiro, o  
1483 senhor continua com a mão levantada, mas eu acho que não quer falar  
1484 mais nada não, não é?” Conselheiro Eduardo José Azevedo Corrêa: “Vou  
1485 abaixar aqui Rafael.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Mais algum  
1486 outro Conselheiro tem algum questionamento, alguma curiosidade, com  
1487 relação ao trabalho sobre o SLA, que o Daniel apresentou para nós? Bom,  
1488 não tendo mais nenhum, Daniel, agradeço profundamente, muito obrigado,  
1489 nós não poderíamos ficar sem a sua apresentação, excelente, você  
1490 excelente como sempre, muito obrigado mesmo por ter contribuído aqui  
1491 com a nossa reunião, trazendo a sua apresentação sobre o SLA.” Daniel  
1492 dos Santos Gonçalves, Dereg/SEMAD: “O prazer é meu.” Conselheiro  
1493 Eduardo José Azevedo Corrêa: “Rafael, desculpa te interromper. Daniel,  
1494 olha como essas ferramentas são importantes, a gente estava discutindo  
1495 aqui, sobre essas reuniões via *Zoom*, olha como isso democratiza todo o  
1496 processo, um empreendedor não precisa ficar viajando para participar da  
1497 reunião, ele participa lá do empreendimento dele, ele dá a opinião dele,  
1498 justifica, fica uma coisa transparente, está gravado no *YouTube*, todo

1499 mundo pode ver depois, eu posso compartilhar com meus amigos, às  
1500 vezes alguém não pode ver sua palestra agora, porque estava em outro  
1501 evento, eu posso mandar para o *WhatsApp* dele, ele vê aquilo depois.  
1502 Então o caminho é esse aí. Desculpa aí.” Presidente Rafael Rezende  
1503 Teixeira: “Ok, o Conselheiro Roger, Daniel, está com a mão levantada.  
1504 Roger Gontijo, do CREA.” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo:  
1505 “Obrigado, Presidente. Eu quero aproveitar, Daniel, para parabenizar toda  
1506 a equipe, que se envolveu no desenvolvimento dessa ferramenta. E dar  
1507 um testemunho, porque eu acompanho esse processo há algum um  
1508 tempo, prestando consultoria e orientação a alguns produtores e  
1509 empreendedores. E nós somos do tempo do FCE, da fila do SISEMA de  
1510 madrugada. Aqui em Divinópolis, nós tivemos casos homéricos de pessoas  
1511 dormirem na fila para pegar senhas para protocolar um FCE, então isso  
1512 desestimulava e muito a participação desses atores no processo. Então  
1513 com isso a gente teve um ganho, eu já tive a oportunidade de regularizar  
1514 algumas atividades pelo sistema, e vi a facilidade, ele é todo  
1515 autoexplicativo, então eu acho que foi um passo gigantesco que nós  
1516 demos para o desenvolvimento do trabalho do SISEMA, do trabalho dos  
1517 consultores, e, como foi dito pelo Eduardo e outros, em auxílio aos  
1518 produtores e aos empreendedores, que muitas vezes ficavam  
1519 desestimulados ao entrar no processo e fazer parte desse processo. Então  
1520 realmente foi um passo extraordinário, parabenizar a toda a equipe que  
1521 participou disso, que eu sei que isso vem de muito tempo, essa ideia, esse  
1522 processo de mudança, que não é fácil, a adaptação que deve se fazer  
1523 dentro da ferramenta, dentro dos procedimentos de licenciamento, mas eu  
1524 acho que um passo após o outro, como vocês estão colocando, nós vamos  
1525 conseguir chegar em um formato ideal para contribuir para o  
1526 desenvolvimento estratégico, para a tomada de decisões tanto do poder  
1527 público quanto ao favorecimento da iniciativa privada também, Daniel. Fico  
1528 muito feliz e satisfeito de ver esse empenho e essa dedicação de vocês em  
1529 melhorar esse sistema, que já foi muito criticado e parece que agora nós  
1530 estamos tendo realmente uma melhora disso daí. Parabéns parceiro.”  
1531 Daniel dos Santos Gonçalves, Dereg/SEMAD: “Muito obrigado viu, é bom  
1532 ter esses *feedbacks*, não só positivos, as críticas também são importantes  
1533 para a gente crescer e é um sistema que tem uma complexidade grande, o  
1534 licenciamento é um instrumento muito complexo, e tem vertentes super  
1535 importantes, principalmente a parte de monitoramento pós-licença, que a  
1536 gente tem que trabalhar dentro do sistema, isso é complexo, a gente gerir  
1537 condicionantes, gerir desempenho ambiental dentro do sistema, então  
1538 existem vários passos largos ainda a serem dados. Mas agradeço demais,  
1539 Rafael, a oportunidade de estar com vocês e já abro aqui esse caminho, o  
1540 meu contato está aí, no final da apresentação, eu vou deixar disponível  
1541 para a Sirlene passar, e qualquer dúvida, críticas e também elogios, a

1542 gente está disponível.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Daniel, tem  
1543 só mais um Conselheiro, Vitor Leles, da SEDESE, vamos ouvir o  
1544 Conselheiro.” Conselheiro Vitor Cândido Leles de Paulo: “Daniel, você está  
1545 bem, beleza? Bom, também congratular você e parabenizar pelo sistema,  
1546 bem legal ver o estado se organizando. Eu também como servidor público  
1547 sempre fico feliz quando vejo o trabalho de outros servidores públicos bem  
1548 avaliados como o de vocês. E, na verdade, o meu ponto é mais uma  
1549 observação em relação ao sistema, na parte de acesso do visitante, que  
1550 eu fui dar uma olhada, e talvez seria interessante, eu não sei se está no  
1551 planejamento do sistema, da inclusão de painéis de visualizações, de  
1552 *dashboards*, para a gente poder brincar um pouco com os dados, analisar  
1553 um pouco mais, e algum tipo de possibilidade de extração desses dados  
1554 em CSV, em *Excel*, para poder gerar novas visualizações para quem  
1555 quiser trabalhar com esses dados. Então é um questionamento, não sei se  
1556 vocês já estão planejados de fazer isso, mas se não estão, seria uma  
1557 oportunidade interessante de deixar aquela parte da área do visitante com  
1558 os dados um pouco mais trabalhados. E com a possibilidade de extrair  
1559 também para gerar novas visualizações.” Daniel dos Santos Gonçalves,  
1560 DEREG/SEMAD: “Vitor, ótimo essa, na verdade, a parte do visitante é  
1561 extremamente importante. Quando a gente estava para lançar o projeto, a  
1562 gente precisou enxugá-lo ao máximo, no sentido da essencialidade inicial  
1563 de uma informação que seria plausível. A gente tem um projeto de lei de  
1564 licenciamento, que é o 3629/2004, que ele está em urgência de tramitação  
1565 no congresso, então a gente tem alguns riscos no projeto, então nisso  
1566 temos que tomar algumas decisões, mas nós já tivemos alguns  
1567 incrementos nessa parte, por exemplo, o georreferenciamento já consegue  
1568 ser identificado, acessado nesse acesso ao cidadão, e existe também a  
1569 programação de se estender ainda mais a informação dessa ferramenta  
1570 para inclusive, hoje, no acesso interno, nós conseguimos gerar *Excel*,  
1571 gerar tempo médio, a gente já tem várias ferramentas disponíveis ainda  
1572 internamente. Então a gente quer, na medida do possível, ir  
1573 incrementando o acesso do cidadão com as ferramentas que a gente vem  
1574 criando no ambiente interno. Então primeiro a gente coloca no nosso  
1575 ambiente, testa, e depois a gente vai incrementando esse ambiente do  
1576 cidadão. Então é realmente uma preocupação, porque é a transparência  
1577 do processo, que a gente precisa melhorar, da informação ambiental, mas  
1578 muito boa a sua posição, a sua indicação.” Presidente Rafael Rezende  
1579 Teixeira: “Daniel, obrigado, até mais então, a gente se vê por aí. Valeu,  
1580 obrigado. Senhores Conselheiros, como a gente tinha feito a nossa  
1581 alteração da nossa pauta, a apresentação do Daniel foi nosso último item,  
1582 agora nós só temos o encerramento.” **8. ENCERRAMENTO.** Presidente  
1583 Rafael Rezende Teixeira: “A apresentação fica, junto com a reunião,  
1584 disponibilizada no *YouTube*, não sei se os senhores já fizeram a inscrição,

1585 podem fazer a inscrição, divulgar para que as pessoas se inscrevam para  
1586 acompanhar as unidades colegiadas do seu regional, as câmaras técnicas  
1587 para deliberação dos processos classe 4, 5 e 6. Desejo a todos um ótimo  
1588 fim de ano, o nosso calendário está aprovado, então nos vemos todos em  
1589 março. Até mais e uma boa festa para todos.” Conselheiro Eduardo José  
1590 Azevedo Corrêa: “Feliz Natal para todo mundo aí. Um feliz ano novo. 2021  
1591 vai ser um ano de alegrias.” Presidente Rafael Rezende Teixeira: “Se Deus  
1592 quiser.” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Feliz Natal aos Conselheiros,  
1593 boas festas, 2021 vai ser bem melhor, comemorar o fato de estarmos  
1594 vivos, obrigado Presidente, boas festas para todos.” Presidente Rafael  
1595 Rezende Teixeira: “Até mais, Conselheiros.”

\*\*\*\* \*\*

### **APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO**

---

**Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida**  
**Secretária Executiva do Copam e Presidente da URC Alto São**  
**Francisco**